

24 horas

Quatro secretários de Estado para Cabo Verde

4 SECRETÁRIOS de administração do Cabo Verde são nomeados para o novo território. O primeiro-ministro, Amílcar de Gouveia, anunciou a nomeação dos quatro secretários de Estado para Cabo Verde...

Prevista a substituição do governador da Madeira

CONFIRMAMOS assim que o EXPRESSO de 16 de outubro anunciou, a substituição do governador da Madeira, Dr. António de Almeida, pelo Dr. António de Almeida...

Costiva Portuguesa no Iraque

MAIS um grupo de portugueses vai para o Iraque. O grupo, liderado por António de Almeida, vai para o Iraque...

J. E. P. dirigirá as participações do Estado

NO PROPOSTO PROJETO de organização da administração pública, o Estado vai ter um organismo que dirigirá as participações do Estado...

MRPP: mais de dez mil pessoas em comício

APESAR de haverem sido convocadas apenas 10 mil pessoas, mais de dez mil pessoas participaram no comício do MRPP...

Expresso

DIRETOR: FRANCISCO PINHO BALBUENA EDIÇÃO: RUA DOZIS DE NOBREZA, 57 2.º ET. TELEFONO: 524645-47 2000 LISBOA

Missão dos EUA nos Açores (e da CIP nos EUA)

OS ESTADOS UNIDOS vão enviar uma missão para estudar a possibilidade de estabelecer uma base militar nos Açores...

Fascistas portugueses e espanhóis envolvidos nos atentados de Itália

PRIMEIROS indícios apontam para a participação de grupos fascistas portugueses e espanhóis nos atentados ocorridos em Itália...

Os serviços de segurança portugueses e espanhóis estão a investigar a participação de grupos fascistas nos atentados ocorridos em Itália...

I Congresso do PPD: tempo de opções definitivas

CONFERÊNCIA sobre os resultados do I Congresso do PPD, realizado em Lisboa, no dia 17 de novembro...

As discussões no âmbito do I Congresso do PPD estão a avançar para o fim, com os membros do partido a tomar decisões importantes...

A convite do Governo: Consultor sueco estuda a economia portuguesa

UM CONSULTOR sueco, contratado pelo Governo português, está a estudar a economia portuguesa para apresentar um relatório...

Os resultados do estudo do consultor sueco serão apresentados no próximo mês, com o objetivo de melhorar a economia portuguesa...

Conclusões do estudo do consultor sueco apontam para a necessidade de reformas económicas em Portugal...

MRPP: Candidato à Constituinte. Págs. 17 e 18. Mesa Redonda: Europa, América Latina, África, Ásia. Págs. 28, 29, 30, 31, 32 e 33. Projecto de lei sindical em debate. Grécia: burguesia experiente e esquerda dividida.



Presença no Congresso. Um grupo de membros do PPD durante o I Congresso realizado em Lisboa.

Presença no Congresso. Um grupo de membros do PPD durante o I Congresso realizado em Lisboa.

Adelão. Um dos membros do PPD durante o I Congresso realizado em Lisboa.

Advertisement for Audemars Piguet watches, featuring a close-up of a watch face and the brand name.

24 horas

em notícia

Quatro secretários do Estado para Cabo Verde

PROCESSO da descolonização de Cabo Verde vai entrar, na sua fase decisiva, já pré-anunciada com a criação do Alto Comissariado que, de si, pressupõe um governo, no presente de transição. Nesta linha de pensamento vão ser criados quatro secretários de Estado, dois pelo Governo português e dois pelo P.A.I.G.C.

Revisão a substituição do governador da Madeira

AFIRMANDO notícia que o EXPRESSO deu em primeira página, a substituição do dr. Fernando Rebelo deverá ser feita muito em breve no cargo de governador civil da Madeira. Em princípio, o cargo poderia vir a ser desempenhado por um oficial do exército que exerceria essas funções conjuntamente com as de governador militar.

O afastamento do dr. Fernando Rebelo terá-se tornado facto consumado depois de conversações efectuadas há algumas semanas em Lisboa, pelo actual governador da Madeira, junto do governador da ilha para se manter no exercício do cargo. No entanto, o P. C., o P. S. e o P. P. D. teriam afirmado solidariamente e integralmente com as posições dos respectivos órgãos, que, como o EXPRESSO tem noticiado, se vêm a manter opostos à orientação que o dr. Fernando Rebelo tem tomado à vila do distrito.

Comitiva portuguesa no Iraque

ATE hoje para o Iraque uma comitiva portuguesa constituída por M. Moura Vicente (director Geral dos Combustíveis e Energia), Eng.ª Pires Miranda da Sonap e o eng.ª Veloso da Sonap, que se deslocou ao Iraque ao fim de conseguirem chegar a Bagdad a bordo de uma aeronave petrolífera a este país.

A comitiva portuguesa, que se deslocou ao Iraque em 1972 sem que nessa altura tivesse conseguido obter qualquer resultado; no entanto, após a chegada de Abel e o Iraque mostrou-se interessado em reatar as negociações.

E. P. dirigirá participações do Estado

SEGUIMENTO de medidas tomadas pelo Governo no sentido de incentivar e facilitar empresas privadas como instrumento de desenvolvimento, está em vias de ser criado na Presidência do Conselho de Ministros o I. E. P. E., Instituto das Empresas e Participações do Estado.

Este Instituto, caso venha a ser criado, terá funções de coordenação, orientação e concretização das intervenções do Estado na gestão e fiscalização das empresas, além de lhe propor a criação de estruturas administrativas por parte do Estado, nomeadamente no domínio da gestão de recursos humanos, financeiros e contabilísticos.

O I. E. P. E. está dirigido por um Presidente com a duração de dois anos, sem possibilidade de reeleição, e um Conselho de Administração, nomeado pelo Conselho de Ministros. O I. E. P. E. não ultrapassará a hipótese de formação de grupos económicos do Estado que agrupe e faça a gestão de empresas do Estado desde há longa data.

O I. E. P. E. terá ao seu cargo uma função meramente orientadora e consultiva de toda a actividade económica, pelo que não terá carácter executivo, sendo a sua sede localizada numa "building" do Estado do tipo do U. E. L. em Itália ou do U. E. L. em Espanha.

A decisão de criação do I. E. P. E. deve certamente ter sido das conclusões a que chegou o grupo de trabalho criado pelo Conselho de Ministros para inventariar as participações do Estado nas empresas e propor uma política geral a seguir face a essas participações.

Verdade é que este grupo tinha um carácter meramente consultivo, e que era presidido pelo dr. Mário Murtinho (Ministro do Trabalho Social durante o primeiro Governo Provisório) e integrado por representantes de vários ministérios.

De acordo com o grupo de trabalho, o futuro do Estado neste grupo de trabalho, parece lógico que o futuro do grupo seja o presidente do grupo, o dr. Mário Murtinho, que voltaria assim a ocupar um cargo no Governo.

MRPF; mais de dez mil pessoas em comício

FOR dos bostonianos destinados a impedir a entrada de muito dinheiro no país, "vai haver pancada", anunciou o MRPF, mais de dez mil pessoas em comício da sua candidatura marxista-leninista-maoísta à Assembleia Nacional, segundo o "EXPRESSO", pág. 17.

Um grupo de pessoas que enchiam o salão do Desportos encerraram as intervenções e a leitura de um comunicado, com particular atenção para as palavras de José Abrantes, hospitalizado sob prisão, e de José Morgado, que terminou (por ter sido transferida) a sessão com uma frase de protesto contra a sua prisão junto de milhares de "pessoas" entre as quais figuravam duas que a tinham sido a cerca de um ano, tal como das anticomunistas designadas em Santarém, todos inculcados por alegada participação na libertação da juventude revolucionária contra o comício organizado do CDS.

Expresso

74-11-23

10

O enterro do fascismo e o "Depoimento"

APESAR de a Presidência da República ter manifestado o seu desejo quanto à publicação do "Depoimento" de Marcelo Caetano, apesar de o Governo Provisório ter apreciado a questão e se ter pronunciado favoravelmente à divulgação da obra, apesar de o livro, pelo que diz e pelo que não diz, permitir catalogar comodamente o seu autor na prateleira das recordações de um passado que ninguém deseja reviver — apesar disto tudo, o "Depoimento" corre o risco de não ser posto à venda em Portugal. Isto porque, numa assembleia geral do Sindicato das Artes Gráficas do Distrito de Lisboa foi deliberado "exigir a proibição imediata da publicação do livro "Depoimento" e alertar o MFA, a Junta de Salvação Nacional, o Governo Provisório e o Ministério da Comunicação Social para que utilizem o poder de que dispoem no sentido de não permitir a publicação desse nefasto livro, consubstanciado deste modo a vontade da esmagadora maioria dos trabalhadores portugueses".

Pondo de lado, para não caírmos no estilo do regime anterior, o interesse do Presidente da República e do Governo Provisório pela divulgação da obra, a questão que se levanta é muito clara: a quem compete decidir sobre a liberdade de circulação de um escrito? A um sindicato? A uma confederação sindical? Ao Presidente da República? Ao Governo? Ou à lei?

Parece não haver dúvidas de que a lei, antes do mais, deverá decidir. E a lei, neste caso o Programa do MFA, é, como não podia deixar de o ser numa revolução restauradora das liberdades, muito nítida, visto que, abolindo a censura e o exame prévio, assegura a "liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma", apenas a limitando quanto às "agressões ideológicas dos meios mais reacçãoários" e aos "segredos dos aspectos militares". Para isso, funcionando a posteriori, não portanto como censura prévia, existe, até ser promulgada uma lei de imprensa, a comissão ad hoc para controlo da informação.

No que respeita à obra de Marcelo Caetano, não é admissível que os responsáveis pela edição vicssem a ser punidos por agressão ideológica já que duas das mais altas instâncias do país — o Presidente da República e o Governo Provisório lhe deram luz verde.

Resulta de tudo isto que o Sindicato das Artes Gráficas do Distrito de Lisboa não tem constitucionalmente o direito de se opor à publicação do "Depoimento".

Mas tê-lo-á moralmente ou politicamente? Provocará a divulgação do livro um "atrazo no processo de democratização em curso", como se afirma no comunicado atrás parcialmente transcrito?

Não o cremos. Prova disso é o facto de termos dado largo relevo à reprodução de diversos trechos do livro e de, noutro número do EXPRESSO, termos procedido à sua análise crítica.

É que a simples leitura da obra reduz às devidas proporções o seu autor e o que ele representa. Ao pretender defender um Governo de quase seis anos, o "Depoimento" acaba por desmitificar completamente um regime e a sua época. Ao tentar fazer a sua defesa, Marcelo Caetano mais não consegue do que condenar-se.

Sendo assim — e quem já leu o livro, a começar pelo general Costa Gomes, — compreendeu bem que o é — não se entende, no campo moral e político, a atitude dos trabalhadores das artes gráficas do distrito de Lisboa presentes na assembleia geral do seu Sindicato, na passada segunda-feira.

Se legalmente tal atitude não é aceitável e moral e politicamente não é compreensível, resta saber se foi tomada por erro ou ingenuidade ou se corresponde a intenções não detectáveis no comunicado que a materializou.

De qualquer modo, convém não esquecer que não é escondendo o cadáver que se enterra o fascismo. Como convém lembrar que não é desautorizando quem governa que se constrói a democracia.

Vitor da Cunha

Precisamos escolher

Vitor da Cunha Rego

AO MERGULHAREM o seu movimento no centro da vida política, alguns oficiais das Forças Armadas fizeram uma opção patriótica e democrática mas que é, também e antes do mais de cunho revolucionário.

Para efeitos de propagação (e esta é composta pelas verdades, pelas meias verdades, pelas quantas de verdade e pelas mentiras...) não se tem colocado o problema central da vida dos portugueses que nos parece ser o de salvar-se esta revolução, rotulada talvez apressadamente de socialista, e ou não possível de realizar em Portugal neste momento histórico.

Vai sendo tempo de sacar na questão, tentando fazer sair o país desta madrugada em que muitos gatos são perdidos após a longa noite fascista. Dominando os meios de comunicação de massa, os sectores activistas cribo criando uma situação que pode conduzir a mais revoluções se o modelo revolucionário não resultar.

Resultará?

Para que houvesse uma inversão radical das forças elementares em presença no plano nacional e a extração do país à debreira do capitalismo, nos próprios cinco ou dez anos, seria necessário um sistema ditatorial férreo e a dependência de um bloco. Portugal não nos parece ser Cuba de 59. A menos que a crise do sistema monetário internacional verra

cicloicamente a Europa e o Atlântico, fazendo virar toda a Península Ibérica, não vemos como radicalizar estretamente a vida portuguesa.

Nesse contexto, o activismo e o voluntarismo, se desviados da consolidação das conquistas democráticas, poderiam, mesmo, por em causas os propósitos louváveis de certos oficiais mais experientes que têm dado provas de capacidade na acção governativa.

Há indícios de que citamos caminhando apressadamente para uma encruzilhada. As opções, a curto prazo, parecem-nos claras: Ou a demarcação inequívoca do território conquistado, à reorganização e o reagrupamento das forças e a consolidação da democracia política, em que a burguesia e certos interesses capitalistas contemporâneos presentes, embora circunscritos, ou o salto em frente rumo à ditadura da esquerda. O esquema peruano, a nosso ver, é irrelevante fora do contexto total da Península Ibérica. Ele necessitaria nossas circunstâncias da massa humana de manobra como a que existe no Peru ou na Argélia, ou, nostra hipótese, uma elite altamente organizada como aquela que é imprescindível ao nacionalismo-socialista...

Que caminho vamos percorrer? A palavra está, em última

análise, com o centro do poder predominante que é, obviamente, o poder militar.

Segundo as palavras de alguns prestígio oficiais vamos escolher a democracia política. A crer nos actos de outros, estaríamos tentando a via "peruana" e a crer no que se diz dalguns outros poderíamos marchar para mais longe.

A manter-se está indecisa poderemos caminhar, a médio prazo, para nova ditadura de direita.

Há já gente — e não de direita — perplexa ou fatigada. Dentro em pouco não sobrárá muito tempo para que "as coisas vão no seu lugar". Mas que lugar? Eis a questão.

Iremos nós, por incompetência no fundo, deixar passar a oportunidade histórica de limpar o rancho da sociedade portuguesa? Dizem os leitores de Lampedusa que seria ridículo, ou triste, mudar alguma coisa para que tudo fique como dantes. Muito bem. Mas no pretenderem dar passos maiores do que as pernas não estarão, afinal, enfraquecendo a Administração Pública e contribuindo para isso mesmo?

É necessário o contrato político nacional e o consequente contrato económico.

Nos termos de uma democracia política e poder militar — que terá de ficar presente na vida política nacional por bons tempos — viria no Conselho de Estado o seu lugar magistral. Os hábitos de

planeamento estratégico dar-lhe-iam a capacidade de visão que, por vezes, falta a lideranças partidárias.

Nos termos dum socialismo nacionalista a sua presença teria de ser maior com todo o risco que isso comportaria para a própria organização militar.

Nos termos duma ditadura classista apoiada nas forças armadas não nos cabe opinar. Que o façam os seus adeptos.

Está chegando a hora das opções claras. Vamos atravessar um período de graves tensões internacionalistas que podem, mesmo, ser o prenúncio de choque planetário de que fala Pequim há já meia dúzia de anos. A democracia política poderia evitar a desagração e a reacção. — G

socialismo nacionalista — que o MDP veio contrariar frontalmente a pretexto de ajudar a "variante peruana" — também. Mas os militares precisariam, neste caso, de tempo para baralhar as cartas e jogar de novo.

Por tudo isto, é urgente que os militares e os partidos se definam rapidamente porque a nação não pode dar-se ao luxo de ser mergulhada na inesvitável austeridade ainda sob o efeito das perplexidades sob pena de deixar ao fundo do poço e voltar à tradicional alienação e fatalismo que, por exemplo, a fez oscilar, reverter, durante décadas entre duas formas de integralismo: o salazarismo e o estalinismo.

MRPP: CANDIDATO À CONSTITUINTE

Entrevista com um porta-voz do
Comitê Municipal daquele Movimento

MAIS UM PARTIDO vai surgir na cena política, um partido que, desde logo, se diferencia dos outros, na medida em que anuncia vestir as roupas da legalidade unicamente por uma questão de tática, já que a sua intenção primária e fundamental é destruir o sistema em que se vai enquadrar. Servindo-se, por conseguinte, das "armas" que lhe possibilita o regime para contra ele disparar, na medida em que o considera uma aliança das forças da burguesia, burgueses que dita as leis em seu proveito próprio, impede, por conseguinte, a respectiva ditadura. Neste contexto, para o MRPP, os partidos actuais mais não são que emanção desta mesma burguesia, partidos esses, que irão, no campo da acção, ter um terreno político de acordo com os interesses da mesma.

EXPRESSO que sempre foi por uma informação digna (objectiva), procurou um dos porta-vozes autorizados do MRPP, do comité Lisboa (Comité Central) para falar sobre os projectos do MRPP. Isto aconteceu antes do comício de ontem realizado no Pavilhão dos Desportos. Não nos pôs o MRPP obstáculos à informação, compreendendo, mesmo, determinadas restrições que sobre nós impendiam e que nos poderiam trazer consequências que desejávamos evitar.

Gostaríamos de entrevistar todos os outros responsáveis dos partidos e já o fizemos em relação a quase todos. Outros partidos há que se escapam a falar conosco, dando, apesar de tudo, nós, todas as garantias de objectividade! A nossa preocupação ética é informar os leitores para que estes possam escolher. Entendemos, porém, que é absolutamente impossível escolher quando se ignora. Ninguém pode querer ou rejeitar conscientemente aquilo que não conhece. E porque somos contra o obscurantismo, gostaríamos que os nossos leitores não ficassem ao escuro de coisas sérias. E porque somos contra o obscurantismo, que é como quem diz contra a ignorância, mesmo que provocada, gostaríamos que o público escolhesse ou rejeitasse conhecendo e que escolhe ou que rejeita. É porque não somos obscurantistas, somos pela liberdade de informação. Temos como critério os direitos da inteligência e rejeitamos todas as tentativas de tipo autoritário que possam ubar o fascismo que se trata plasticamente no come e cala-se. E porque não somos obscurantistas somos pela seriedade da informação, tratando a sério todas as fundações políticas que se desenvolvem no espaço e no tempo. Em suma, respeitamos os leitores a quem não queremos impingir soluções pré-fabricadas. É isto democracia.



Aspecto do comício popular realizado no passado dia 18 de Setembro, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, comemorativo do 4.º aniversário da fundação do MRPP

EXPRESSO — O MRPP é um dos movimentos mais falados. Em termos de sociedade, em termos de caricatura, em termos de divulgação stória, mas pouco. A grande imprensa silencia a sua natureza íntima enquanto as pessoas perguntam, o que é, na realidade, o MRPP. Porque, segundo pensa, o vossso Movimento está em viéspera de sofrer transformações que, na minha óptica, considera profundas, feço, também em a pergunta o que é na realidade o MRPP?

MRPP — Quanto aos considerandos da sua pergunta, eles representam a vossa maneira própria de encarar certos fenómenos sociais, nomeadamente os políticos, e de ver neles uma colaboração (do caricatural ao sério) que revelaria duma perspetiva posição abstracta do espirito, recapando o sentido profundo das contradições de classe e da luta de classes.

Travessa, neste momento e em todos os domínios, um combate duro, uma aguda luta de classes no nosso país, e os partidos comecem a sua propaganda de acordo com os interesses de classe que representam.

Sendo o nosso Movimento inegavelmente defensor dos interesses da classe operária, dos camponeses, do povo do nosso país, é natural — e desejável — que se torne objecto e alvo dos fortes ataques dos partidos da burguesia. Nos seus ataques à classe operária, ao povo e ao nosso Movimento, o inimigo recorre a todas as espécies de armas: das armas de fogo às armas ideológicas e, dentro destas, do bostto à calúnia, da ironia à injúria.

Uma campanha, com inúmeros de cerco e aniquilamento, foi montada e desencadeada pela burguesia e respectivos partidos. Todavia, esta campanha e esse cerco estão condenados ao insucesso total e ao mais clamoroso fracasso.

No que respeita à campanha de propaganda conduzida através da imprensa, a rádio e televisão, pretende a classe dominante e seus partidos silenciar e deformar a nossa voz, a voz do proletariado revolucionário, impedindo precisamente que tudo e acima de tudo, que esta voz ou mesmo o seu eco venham a chegar às massas por intermédio dos órgãos, dãos da informação, controlados pela burguesia.

Respondendo concretamente à sua pergunta, o MRPP — a que o EXPRESSO já algumas vezes se referiu — é uma organização política da classe operária que pretende fundar o partido político do proletariado; um partido revolucionário — marxista-leninista-maoista, fundado na teoria científica da classe operária e praticando um estilo de trabalho marxista-leninista-maoista. A fundação dum tal partido é o nosso objectivo político central e imediato.



EXPRESSO — Permite-me uma interperção afirma-se com uma certa incógnita que o vossso partido, o vossso Movimento, não é um partido da classe operária, pois quadros e militantes serão intelectuais, inclusivé tipo intelectuais pequeno-burgueses.

MRPP — Esta formulação vem, em geral, do partido social-fascista do ministro Barceirinhas Cunha, do partido revisionista.

Trata-se duma calúnia demagógica e irresponsável que visa através dum apelo a eventuais posições obrimentas existentes em certas camadas de proletariado, apesar os intelectuais revolucionários das amplas camadas da classe operária e do povo, lançando, ao fim e ao cabo, uma parte do povo contra outra parte do povo.

Por outro lado, trata-se daquele expediente bacoco de acusar o outro antes que o outro nos acuse e para que não nos acuse. Toda a gente sabe que a base social dos principais órgãos dirigentes do partido revisionista constituída por intelectuais pequeno-burgueses, empregados e uma certa aristocracia operária.

O nosso Movimento é, na sua maioria, integrado por militantes operários. A sua estrutura e os seus órgãos dirigentes são, na sua maioria, constituídos por quadros operários. Certamente que existe no nosso Movimento um certo número de intelectuais revolucionários. Todos os partidos proletários, autenticamente marxistas-leninistas, integram uma dada percentagem de intelectuais revolucionários. No caso do MRPP, precisamente, um dos seus problemas é que não teve ainda tempo de formar, em qualidade e quantidade, os intelectuais revolucionários de que necessita.

EXPRESSO — Quadros operários. E quadros camponeses? **MRPP** — Sim, alguns. No entanto o trabalho revolucionário dos comunistas no campo é uma coisa relativamente recente e, por isso, a percentagem de quadros comunistas oriundos do campo no nosso Movimento não atingiu ainda o nível desejado.

EXPRESSO — Estranha-se que sendo o MRPP um partido comunista e existindo em Portugal um partido comunista do tipo do partido de Álvaro Cunhal as críticas mais acerbadas do MRPP sejam dirigidas precisamente contra este. A que se deve o facto?

MRPP — Deve-se a uma posição ideológica fundamental do nosso Movimento e de todos os autenticos marxistas-leninistas rela-

tivamente aos partidos revisionistas, como é o partido do Ministro Barceirinhas Cunha. Analisada toda a história de lutas de classes nos últimos 100 anos, verificamos que, nos derradeiros cinquenta, existe um partido que se intitulava de comunista. O nosso Movimento fez um trabalho profundo de verificação dos erros actuais, procurando as suas causas desde o passado desse partido revisionista. Analisando os programas, os estatutos, a prática política, os documentos teóricos, verificamos que esse partido nunca foi de facto um partido comunista, marxista-leninista. Foi, por conseguinte, uma aguçadíssima luta entre estas duas linhas: o marxismo-leninismo e o revisionismo. Se nós não abatermos e não isolarmos o revisionismo, evidentemente que a classe operária ou do povo podem ser mistificados, podem ser enganados, não compreendendo verdadeiramente qual a sua verdadeira direcção proletária. Por isso, o nosso ataque ao partido revisionista não conhece tréguas. Tampouco conheceu tréguas o ataque do partido revisionista ao MRPP. Isto aliás é um aspecto da dura luta de classes entre o proletariado e a burguesia. O partido revisionista não só um deslanchamento da burguesia infiltrado no seio do povo que é preciso desmascarar e isolar.

EXPRESSO — Acusam-se ao entanto, de com a vossa luta estardes a favorecer o advento do fascismo, uma vez que contribuíste para a divisão das forças chamadas democráticas em Portugal.

MRPP — Esta argumentação vem fundamentalmente do lado do partido revisionista. A questão é que existem duas teorias, duas estratégias e duas táticas antagónicas, servindo duas classes antagónicas. São uma delas, que é a dos marxistas-leninistas, e a outra, de facto derrubar a classe dominante, instituir o poder dos operários e dos camponeses. Aparelhamo em palavras quem atinge o mesmo objectivo, o partido revisionista adopta um caminho que não leva senão ao reforço de ditadura da burguesia, à consolidação do seu domínio sobre o povo, sobre a classe operária. De que, havendo duas teorias, duas estratégias e duas táticas diferentes e opostas, os oportunistas conciliadores e filinistas de todas as matizes (entre eles, os revisionistas) acasem a luta do proletariado de fazer o jogo da reacção, enquanto que, na verdade, de facto o jogo da reacção, quem consolida a reacção, quem agita o espanhol da reacção para a consolidar, são precisamente os partidos conciliadores e, ao caso, fundamentalmente o partido revisionista.

A implantação dos sindicatos

EXPRESSO — O vosso Movimento está implantado em uma base real e efectiva nos sindicatos?

MRFP — Sim! Você é um jornalista difícil, e daqui a pouco, está a fazer-me perguntas impossíveis...

O nosso Movimento tem uma relativa infiltração nos sindicatos e desenvolve aí um trabalho tendente à criação duma base real e efectiva.

A I Conferência Nacional do MRFP, realizada nos correios de Maio, definiu a posição, o ponto de vista e a política dos marxistas-leninistas quanto aos sindicatos. Anteriormente ao 25 de Abril existiam os sindicatos fascistas-revisionistas, os quais não eram outra coisa senão órgão do Estado fascista, guiados pelos revisionistas. As massas odiam-nos, e só nem eu noutra coisa verdadeiramente excepcional acorriam a tais sindicatos a tática do nosso Movimento consistia em isolar estes sindicatos e re-criá-los em direcções fácticas, org nizando as massas fora dessa estrutura pídica.

Posteriormente ao 25 de Abril, os sindicatos fascistas-revisionistas transformaram-se "por decreto" em sindicatos liberais-revisionistas, onde as massas acorriam, na convicção de que eram os únicos sindicatos de classe ou por que não havia outra coisa. Se a situação se

alterou, alteraram-se os dados em que assentava a tática anterior e, por conseguinte, alterou-se a nossa tática. Os comunistas devem estar onde estão as massas; e, se as massas estão nos sindicatos, devem os comunistas estar também aí.

A burguesia catapultou o partido revisionista para a direcção de certos sindicatos e, primeiro que tudo, para a direcção da Interindical. A partir dessa época, a burguesia, com o auxílio dos revisionistas, foi fundo e estendendo um coque de forças sindicais, tendendo a esmagar toda a qualquer espécie de veleidades de luta da parte da classe operária. De sorte que, depois como antes do 25 de Abril, a mesma, a esmagadora maioria das lutas operárias foram conduzidas fora dos sindicatos, contra os sindicatos e em frontal oposição com as pertencidas direcções sindicais.

É preciso transformar os sindicatos de órgãos da contra-revolução em órgãos da revolução. E, paralelamente à luta conduzida com esse fim no interior dos sindicatos, devemos intensificar fora deles a organização dos operários.

EXPRESSO — Um parentesco, se me permite quando emprega a palavra operário refere-se ou engloba todos os trabalhadores por conta de outrem ou emprega-se em sentido stretto?

MRFP — Emprego-se em sentido stretto; mas quando me refiro aos sindicatos, não trato em vista apenas os operários. Refiro-me também às outras camadas de trabalhadores. A central sindical que

existe não defende os interesses dos trabalhadores, mas sim os dos capitalistas. Os dirigentes e a direcção da Interindical não foram escolhidos pelas massas, mas sim impostos às massas. O programa da Interindical foi celebrado e aprovado nas costas das amplas massas trabalhadoras e de golpe. Outras direcções de determinados sindicatos foram, por sua vez, impingidas pelo auto-eleito e auto-denominado Secretariado da Interindical.

Nas actuais circunstâncias, tanto a estrutura sindical existente como o pluralismo sindical servem por igual aos capitalistas; mas ainda lhes serve melhor o primeiro sistema do que o último. O facto de que a Interindical e determinados sindicatos se tenham constituído em órgãos partidários, em cortinas de transmissão do partido revisionista; o facto de que neles os operários revolucionários sejam expulsos e denunciados COPCON pelos revisionistas; o facto de que neles sejam sistematicamente negados às massas os mais elementares direitos democráticos; o facto de que existam em luta aberta entre as aspirações e as lutas das massas — tudo constitui o terreno propício à criação não de uma, mas de várias estruturas sindicais.

Os revisionistas atacam o pluralismo sindical, pretendendo esconder o facto de que é o seu social-fascismo, imperante na Interindical e em determinados sindicatos, o responsável pelo triunfo do pluralismo sindical.

A transformação em Partido

EXPRESSO — Vale-se muito por aí, não sei se a especulação se corresponde à realidade na evolução do MRFP para partido, o que estaria para muito breve. Pode explicar-me a posição actual face ao problema?

MRFP — Na Reunião Alargada do Comité Central realizada há algumas duas semanas, foi aprovado um informe sobre o preenchimento das condições para a fundação do Partido e sobre o estado de cumprimento das nossas tarefas a esse respeito, do mesmo modo que foram tomadas medidas para utilizar a fundação do mesmo. Assim, foi eleito pelo Comité Central uma Comissão para utilizar a elaboração do programa e dos estatutos e apresentá-los até ao fim do ano à discussão das massas e dos militantes do Movimento. A discussão pública, portanto. Evidentemente, a questão da fundação do partido da classe operária não está dependente de nenhuma lei de partidos publicada pela burguesia. Trata-se de um processo autónomo, que a classe operária conduz sem quaisquer espécies de interferências estranhas. A classe operária fundará o seu partido de acordo com as condições que são

necessárias para o fundar, de modo que ele, ao nascer, nascia como uma força política real e necessária para a classe operária. E não porque uma lei qualquer sobre os partidos impõe condições à sua actividade no quadro da legalidade burguesa.

EXPRESSO — A mesma pergunta posto de uma outra maneira: está prevista a vossa participação nas eleições ou regímois para o simplesmente também o processo eleitoral?

MRFP — Nessa Reunião Alargada do Comité Central foi também analisada a situação política actual e definida a tática do proletariado revolucionário face à questão das eleições para a Assembleia Constituinte — que é a de participação.

O ponto de vista do proletariado — é, por conseguinte, o ponto de vista do nosso movimento — em relação ao Estado de burguesia é o de, empregando a palavra de Marx, "demolir" essa máquina "já acabada" e substituí-la por outra, o Estado de ditadura do proletariado.

A classe operária necessita dum Poder revolucionário, necessita por um longo período de transição, dum Estado. Mas não dum Estado como o da burguesia, com os órgãos do Poder separados do povo e contra o povo. Todas as revoluções burguesas e todos os golpes de estado (como o de 25 de

Abri) limitaram-se e limitam-se a aperfeiçoar essa máquina de Estado e a passá-la para os mãos dum partido burguês ou de outros ou de outros partidos burgueses.

Assembleia Constituinte é, precisamente, o coramento deste novo aperfeiçoamento da máquina do Estado burguês e da sua passagem para as mãos de outra ou outras forças coligadas da classe dominante — a burguesia — com a finalidade de mais eficazmente se opor e reprimir a revolução ascendente.

A tática que o MRFP adoptou liga esta posição ideológica fundamental com a realidade concreta e actual da luta de classes no nosso país. E a realidade é que um importante sector das massas alimenta ainda certas ilusões sobre estas eleições; que a classe operária precisa de acumular forças e consciência e desenvolver a sua organização a todos os níveis; que nos encontramos ainda num período de desenvolvimento "pacífico" da revolução, etc.

Decidiu o MRFP participar nas eleições e empreender a realização das medidas adequadas para esse fim, tal como a de constituir o necessário partido.

EXPRESSO — Partido legal, por conseguinte, embora ideologicamente legal.

MRFP — A essa pergunta, deveria poder responder-se com o próprio programa do M.F.A., se não se desse a circunstância da, pela cadeia da noite, o COPCON

dar-lhe uma interpretação diversa, insistindo em procurar camaradas novos...

Como disse há pouco, para concorrer às eleições é preciso preencher um certo número de condições legais impostas, mas essa questão não tem nada que ver com a fundação do partido do proletariado.

O CDS

e o

4 de Novembro

EXPRESSO — Queia por agora à vossa consideração os acontecimentos de 4 de Novembro e confronto com o C.D.S. O vosso movimento é acusado de ter provocado a maior propaganda que até hoje se fez do C.D.S., levando à televisão personalidades de primeiro plano dos partidos da coligação, acabando, no fim e ao cabo as ditas personalidades a legitimarem a democracia de um partido de estrutura fascista. Nessa linha de considerações faria o vosso Movimento perguntar o andamento da democracia em Portugal, de democracia cujo conceito ainda já foi explicado por V. nesta entrevista e de que por conseguinte não vale a pena, voltar a falar nesta altura.

— Qual a vossa opinião face ao CDS e que resposta pode dar ao tipo de críticas como se que acima

ficam exortas.

MRPP — O CDS é um partido intrinsecamente fascista. Os seus dirigentes foram colaboradores íntimos do fascismo que o 25 de Abril dita ter destruído. Uma das suas figuras mais em evidência (talvez o dirigente mais destacado) foi o braço direito do fascista-mar Marcelo Caetano, nomeadamente na feitura de livros que são a base teórica da estruturação do próprio Estado fascista. Todos os outros dirigentes estão também comprometidos com o governo fascista anterior. A própria imprensa burguesa, a seguir ao 25 de Setembro, fez uma série de acusações perfeitamente inequívocas de que na sede do partido do Progresso e do Partido Nacionalista Português tinha sido encenada abundante propaganda do CDS para ser distribuída por esses partidos; que havia listas de filiados do CDS nas sedes dos mesmos; etc. etc. Foi a própria imprensa burguesa controlada por certos partidos da própria coligação governamental que iniciou a campanha contra o CDS, acusando-o fascista. Porém, em pouco mais de um mês (de 25 de Setembro a 4 de Novembro) o CDS passou de fascista a "democrático", pelo que termos de escolher que a imprensa que o acusava passou de "democrática" a fascista... Atacado, o "CDS mudou de tática. Vestiu uma máscara legal, "democrática" de baixo da qual o fascismo tenta reorganizar a contra-revolução armada para desencadear sobre o povo. Não sabemos que isso não é sendo uma capa, e o nosso dever é desmascará-lo, em qualquer lugar onde actuem. Ver o que está por detrás da máscara constitui uma exigência das massas populares. Foi a juventude democrática, anti-fascista. As massas aos milhares

mais de uma dezena de milhar de para combater essa provocação que foi o comício da juventude fascista. As massas aos milhares mais de uma dezena de milhares de pessoas, acorreram ao Chiado para impedir a realização desse comício. Verificou-se então, pela primeira vez depois do 25 de Abril, esta coisa magnífica: o nosso Movimento conseguiu encontrar de mesmo lado todos os partidos da burguesia, e respectivos políticos numa aliança fraterna e reaccionária de sangue e fogo, e permanecer à cabeça das massas do entrelado das trincheiras, estritamente unido com elas. Esse foi, aliás, o triângulo mais importante que as forças democráticas populares e revolucionárias obtiveram no 4 de Novembro. As massas puderam compreender de que lado estão os diversos partidos, quem são os seus amigos e seus inimigos, quem são os verdadeiros e os falsos amigos. Especifica-se muito com o 4 de Novembro, a burguesia ataca, a sua propósito o nosso Movimento. Mas isso é uma grande coisa. É absolutamente essencial que nós saquemos atacadido pelo inimigo. E uma coisa boa e não uma coisa má. E, melhor ainda, se o inimigo nos ataca furiosamente e nos põe com as cores mais sombrias...

A acção de todos os partidos governamentais, ao pretenderem que o C.D.S. é um partido democrático, visa desarmar ideologicamente as massas e, portanto, impedir-las de compreenderem que, enquanto não tiverem nas suas mãos as armas jamais a contra-revolução está batida.

Se o povo está armado a contra-revolução será enmagada, se o povo não tem armas a revolução pode sofrer vezes importantes

como sofreu no Chile, na Indonésia e noutros países. Mas há mais: não foi só no 4 de Novembro que o C. D. S. foi desmascarado e combatido. Já o mesmo aconteceu em Castro Branco, em Almada e em Vila Real.

Decididamente, o povo não se deixou iludir com os delírios ideológicos das sessas governamentais...

EXPRESSO — No entanto, parece-lhe que do ponto de vista qualitativo há uma diferença substancial entre o CDS, o PPD, o PS e o PCP?

MRPP — Do ponto de vista marxista-leninista, que é o nosso, todos eles defendem os interesses da classe dominante, numa maneira ou de outra, e todos estão de acordo no essencial, que é intensificar a exploração da classe operária e do povo. Esses partidos não são todos a mesma coisa. Embora todos sejam partidos burgueses, a burguesia compõe-se de diversas camadas com interesses específicos, que esses partidos procuram formular de modo próprio. Tais interesses específicos de certas camadas da burguesia em Portugal entrelaçam-se, por outro lado, com os interesses do imperialismo e do social imperialismo soviético. Os partidos que citou são a expressão política concentrada dessa complexa situação.

EXPRESSO — No entanto o MRPP não se opõe violentamente à realização de comícios e outras manifestações por parte dessas entidades?

MRPP — Não há propriamente uma discriminação...

Nem julgo que se possa pôr assim o problema da violência. Desde logo porque, no 4 de Novembro, não houve qualquer violência isolada do MRPP, mas uma justa violência revolucionária

das massas populares vibrada sobre as provocações dos fascistas do CDS e respectivos laços. E, em segundo lugar, porque a violência revolucionária das massas foi uma correcta resposta à violência fascista e reaccionária exercida pela polícia sobre elas.

Indo concretamente à sua pergunta, a tática da classe operária é a de dividir o inimigo — a burguesia — isolando cada uma das suas fracções, moelhar o alvo principal, mobilizar e concentrar as forças e atacá-lo resolutamente.

Porquê os conflitos do CDS? Porquê, a despeito das miseráveis trações dos partidos conciliadores, o povo não está disposto a permitir que os fascistas saiam ou se organizem. E se o Governo Provisório pensa o contrário, então o povo compreenderá qual é a verdadeira natureza de classe do Governo Provisório e dos partidos governamentais.

EXPRESSO — Parece-lhe que devemos assistir a tentativas de reacção, tipo 28 de Setembro?

MRPP — A reacção está implantada no seu domínio e está no poder. O Governo actualmente é um órgão, na medida em que é expressão da classe dominante. Acontece que a classe dominante conjuga simultaneamente duas tácticas, uma do sorriso, da pretensa democracia para ludar o povo e, quando já não é possível iludi-lo, usa da tática da repressão violenta e armada. No momento em que a contra-revolução, servindo-se da capa do Governo Provisório, se tiver organizado suficientemente, este governo dito liberal e democrático é afastado do caminho, para que a contra-revolução possa actuar à vontade. O 28 de Setembro não foi isso ainda. Certamente que se repetir; e a revolução poderá eficazmente opor-se-lhe.

Novas tentativas da reacção

EXPRESSO — Parece-lhe que tivesse analisado as tentativas de reacção, tipo 18 de Setembro? **MRFP** — A reacção está impiedosa no seu domínio. O Governo actualmente é um seu órgão, na medida em que é expressão da classe dominante. Acontece que a classe dominante conjuga simultaneamente duas táticas, uma do sorriso, da pretensa democracia para iludir o povo e, quando já não é possível iludi-lo, usa da tática da repressão violenta e armada. Procuram impor para toda a burguesia a hegemonia do seu programa político e, portanto, lutam por isso. No momento em que a contra-revolução se tiver desenvolvido suficientemente, este governo pretensamente liberal e democrático é afastado do caminho, triunfando a contra-revolução que o esmagou com a sua força, a qual aparece

A situação chilenezada

EXPRESSO — Há quem compare a situação portuguesa à chilena no tempo de Allende, e o papel do MRFP ao do MIR ou de outras forças de extrema-esquerda. Não apoiando o MRFP este tipo de democracia que actualmente vigora em Portugal, corre o risco de estar a favorecer o advento de um Pinochet. Que diz a este tipo de análise?

MRFP — Discordamos dessa análise porque ela, de facto, não corresponde à realidade. Existe para já uma diferença fundamental entre o MIR no Chile e o MRFP em Portugal. O MRFP é uma organização marxista-leninista-maoísta, bem definida no seu programa, na sua ideologia, estratégia e tática, enquanto que o MIR era uma organização que não se pretendia marxista-leninista-maoísta, mas uma organização em que se incluíam diversas tendências. No que respeita, porém, à necessidade de preparar o povo para a luta armada que o MIR defendia, o aparecimento de Pinochet veio abrir os olhos de muitos democratas e patriotas chilenos de que de facto, sem o povo estar com armas, é impossível defender qualquer programa patriótico de luta contra o imperialismo e mesmo simplesmente democrático.

E não foi a actividade do MIR

Continua pag. 18

"DE DUAS UMA: OU A DITADURA DA BURGUESIA OU A DO PROLETARIADO"

Continuação da p. 17

(além reduzida) que levou à implantação da ditadura fascista de Pinochet no Chile, mas precisamente a posição política dos partidos conciliadores, que acham que o imperialismo e o fascismo podem andar nas ruas, podem ser convencidos a deixar de ser imperialismo e a deixar de ser fascismo. Essa posição dos partidos conciliadores é que foi a causa real da derrota transitória do povo chileno. Mas o povo chileno aprendeu muito com essa derrota temporária e saberá obter vitórias.

Em relação ao nosso país, trata-se precisamente de evitar a repetição desses acontecimentos trágicos. Para isso é necessário que a classe operária compreenda a necessidade de se organizar, a necessidade de lutar, a necessidade de destruir não apenas a ditadura fascista, mas a ditadura da burguesia e substituí-la por uma ditadura de carácter popular.

EXPRESSO — Mas não lhe parece que se em Portugal se começasse a armar o povo para este defender os seus direitos, os seus interesses, haveria perigo imediato de uma intervenção externa através das múltiplas formas já experimentadas noutros sítios?

MRPP — Há duas questões aí: a primeira é, "se se começasse a armar o povo". Evidentemente que o povo é quem se arma, o partido da classe operária é que dirige o povo no seu próprio armamento. É absolutamente stúpido pensar que algum sector da burguesia possa ir aos quartéis pegar nas armas para dar ao povo.

EXPRESSO — Não é esse o sentido da minha pergunta. Quando a burguesia de que v. fala se apercebe que esse processo era uma ameaça às posições conquistadas e que pretende desenvolver, não haveria imediatamente o perigo de uma intervenção dessa mesma burguesia através das forças que a defendem ou inclusivamente auxiliadas por forças externas, que evidentemente não têm interesse no desenvolvimento de um processo desse tipo popular?

MRPP — Os revisionistas, particularmente os social-imperia-

listas-revisionistas-soviéticos usam um tipo de argumentação desse género. Eles acham que na revolução, o povo não deve lutar, o povo não deve armar-se, que o povo não deve osar tomar o poder, porque o imperialismo cai sobre ele, tem bombas atómicas, tem uma série de coisas no seu arsenal. Esse é o ponto de vista que nós recusamos. Nós achamos, que isso não corresponde à realidade. O que é verdade é isto: a revolução deve desenvolver-se e a melhor forma de evitar precisamente as intervenções externas, é que o povo esteja forte, coeso, organizado, e tenha as armas para lutar. Porque não há força nenhuma do mundo, externa ou interna, que domine o povo. As invasões dos imperialistas estrangeiros são tanto mais penosas, quanto os partidos conciliadores, os partidos da burguesia, são seus lacaios, precisamente porque, os não expulsam do nosso país. Só o povo é que os pode expulsar.

EXPRESSO — Mas parece-lhe possível em Portugal, no momento que passa o desenvolvimento de um tipo de luta popular, do género dessa que acaba de referir?

MRPP — neste momento, assiste-se a uma fase de desenvolvimento pacífico da revolução. Fase que não durará sempre, porque o povo vai experimentando, vai compreendendo pelos seus próprios meios, pela sua inteligência, pela sua vida, que esse desenvolvimento pacífico chega a um momento em que termina e que a luta, uma vez que os exploradores não se retiram voluntariamente da cena da história, tem de passar a uma fase superior, ou seja à fase da luta armada. Essa fase chegará também no nosso país. Isso é absolutamente inevitável, não depende sequer da vontade das pessoas.

E, portanto, ela desencadear-se-á, não evidentemente de um momento para o outro, mas a revolução está de facto na ordem do dia, e muito mais cedo, e nós não podemos prever o momento exacto em que ela se desencadeia. Mas pode desencadear-se em qualquer momento.

Implantação nas massas

EXPRESSO — No entanto, a vossa implantação nas massas é avaliar apenas externamente, por quem não conhece o vosso movimento por dentro, é ainda muito pouco eficaz, na medida em que, por exemplo, os sindicatos fogem totalmente ao vosso controle e os sindicatos representam uma massa bastante grande.

MRPP — A questão fundamental quanto a essa pergunta reside no seguinte: é correção ou incorreção da linha ideológica e política é que decide tudo. Se a linha ideológica e política é correcta, nós chegaremos a ter todos os soldados que forem necessários para o triunfo da revolução, ainda que à partida não tivéssemos nenhum. A questão reside precisamente aqui, e se a nossa linha, ideológica e política, for incorrecta, seremos sempre derrotados, ainda que, à partida, tivéssemos muitos soldados. A questão é portanto saber se a nossa linha ideológica é ou não é correcta, e nós estamos convictos que é. Ela mobilizará as amplas massas do povo, a classe operária, os camponeses, para o triunfo da Revolução Democrática, Popular, primeira etapa da Revolução, na rota do socialismo e do comunismo. Mas quanto à questão da implantação do nosso movimento, nós sempre dizemos que o nosso Movimento é ainda uma organização pequena. O partido que vamos fundar é sem dúvida um destacamento avançado da classe operária, mas ainda uma organização pequena. Nós temos apenas 4 anos de existência, nas duras condições de luta no nosso país. Não tivemos tempo para atingir uma expressão numérica maior, mas isso para nós é inteiramente secundário. O que é aqui fundamental é saber se a linha ideológica, política é correcta ou não.

EXPRESSO — E qual é o critério para aferirmos dessa correção ou não da linha?

MRPP — O critério é apenas um: é o critério da prática. Nós baseamo-nos no marxismo-leninismo-ma-

lismo e tentaremos aplicar os seus princípios e métodos à realidade concreta da revolução portuguesa. O critério único da verdade é a prática. A crítica da luta de classes, a prática da experimentação científica, a prática da produção, esses três aspectos fundamentais da prática da produção, esses três aspectos fundamentais da prática têm vindo a provar no decurso dos últimos 4 anos que as nossas interpretações dos acontecimentos são correctas no essencial. Em relação ao 25 de Abril, em relação ao que esperava

o povo depois do 25 de Abril, a nossa análise da situação, provou junto das massas que de facto o nosso movimento previu o que ia acontecer, previu as condições e as dificuldades das massas e, quando tudo a gente embandeirava em arco, que tinha chegado a libertação do país, uma nova vida para os operários e camponeses verificaram pelos seus próprios meios, pela sua própria vida, que isso não é assim. Portanto, o critério é a prática tem provado até agora, que nós estamos no caminho certo.

O MRPP e a religião católica

expresso - Qual é a vossa posição de partido quanto aos católicos, enquanto católicos?

MRPP — A nossa posição é a seguinte: do ponto de vista do Estado a religião, é uma questão privada dos indivíduos relativamente ao Estado. Nós defendemos que cada indivíduo tem direito a ter as convicções religiosas que entender, não podendo ser perseguido por isso. Esse é um direito que nós reconhecemos e que só a classe operária pode conferir às amplas massas: o direito de terem a religião que entenderem. A religião deve estar inteiramente separada do Estado. A religião não deve exercer um processo de educação nas escolas. As comunidades religiosas poderão existir mas serão sustentadas pelos seus aderentes. Nós, como comunistas, respeitamos a liberdade de culto neste campo. No entanto, do ponto de vista do Partido, a religião é o ópio do povo e esta é pedra angular de toda a filosofia dos comunistas a esse respeito. Resulta de concepções obscurantistas que as classes dominantes metem na consciência do povo para mais facilmente o dominarem. Do ponto de vista do partido a religião não é

uma questão que nos seja estranha. Nós procuraremos por métodos da luta ideológica, nós evidentemente pelas armas, mas pela convicção, pela persuasão, fazer compreender às amplas massas do povo quanto são incorrectas essas posições. Contudo, nunca procuraremos exacerbar a luta religiosa. Isso pretendem fazer os reacçãoários.

A questão religiosa é inteiramente secundária, para nós. Temos que unir toda a massa do povo para lutar contra a exploração de que é vítima. Nós sabemos que a religião tem causas muito mais profundas do que as pessoas aparentemente pensam. Ela tem a sua raiz profunda no sistema de exploração das massas. Uma vez arrancada esta, a religião perde o seu carácter de necessidade para aqueles que a sentem. No decurso do tempo, através de uma luta ideológica persuasiva, as massas chegarão a atingir uma concepção correcta e científica do mundo. Se os católicos estão cientes de que é verdadeiro o seu ponto de vista não terão vir discutir com os comunistas, comparando as suas teorias com as nossas.

O comício do Pavilhão dos Desportos

EXPRESSO — Qual a finalidade do comício no Pavilhão dos Desportos?

MRPP — Tem por finalidade explicar e expor às massas populares as decisões tomadas na reunião alargada do Comité Lenine (Comité Central do Movimento) da semana passada. Portanto, expor a nossa tática face às eleições para a Assembleia Constituinte, analisar a situação política actual, deduzir a tática a partir dessa situação política e comunicar outras resoluções e medidas como essas em relação à fundação do Partido.

EXPRESSO — Vem gente de todo o país que é como quem diz o Movimento já está implantado em to-

do o país?

MRPP — O Movimento consegue já uma cobertura de todo o país, onde a classe operária está implantada e alguns núcleos no campo. Portanto, neste momento o nosso Movimento tem um âmbito nacional aliás fora dos partidos governamentais é a única organização política que tem esse âmbito nacional. Este comício, no entanto, abraça só a zona de Lisboa, a zona Karl Marx do nosso Movimento. Vamos depois promover uma série de outros comícios noutras partes do país para continuar a explicar às massas, a discutir com elas a tática que vamos seguir neste período mais

próximo. Queris, no entanto, frisar uma questão as eleições realizadas pela burguesia como meio de obter uma tréguas na luta de classes. Achemos que isso é exactamente um dos aspectos principais da tática da burguesia quando recorre às eleições. Lembra-se por exemplo, "Maio de 68" em França: uma forma de obter uma tréguas na luta de classes foi precisamente a convocação de eleições, a que De Gaulle recorreu. É uma tática seguida constantemente pela burguesia. Nós pensamos que seria criminoso que um partido da classe operária concorrendo às eleições seitasse de qualquer modo essa tréguas de luta de classes. Coisa que aliás é, no fundamental, impossível impedir tréguas à luta de classes. Não faremos nada para que essa tréguas venha a realizar-se, pelo que continuaremos a lutar para que a luta de classes se desenvolva para que a classe operária tenha...

A democracia e as eleições

EXPRESSO — Neste aspecto específico o MRPP aceita as eleições inicialmente para denunciar as eleições?

MRPP — Nós denunciamos as eleições porque as mesmas não podem trazer coisa nenhuma de que o povo necessita. Evidentemente nós denunciamos as eleições por denunciar as eleições: se as eleições fossem conduzidas por uma ditadura democrática popular, uma ditadura do proletariado, não as denunciaríamos. Denunciamos estas porque são conduzidas pela ditadura da burguesia. Concorremos a elas para precisamente podermos expor às massas populares o programa que interessa ao povo em comparação com o programa que a burguesia pretende que é do povo.

EXPRESSO — A palavra ditadura remete-se a diversas interpretações. O próprio partido de Álvaro Cunhal admitiu, no seu último Congresso, das suas estatutos a expressão ditadura do proletariado por razões técnicas segundo afirmou segundo líder. Ou seja, por lembrar que se possui a ditadura do regime de Salazar. Por isso mesmo queria perguntar-lhe o que é para si ditadura do proletariado?

MRPP — É muito significativo que o partido dito comunista português tenha retirado essa expressão "ditadura do proletariado" do seu programa. O dever dos comunistas é de esclarecer a realidade junto das massas e educá-las. Se existe de facto a ditadura da burguesia, nós devemos chamar as coisas pelo seu nome, e se existe ditadura do proletariado, nós devemos também chamar as coisas pelo seu nome. Não há que confundir as massas, nem o povo. Há que explicar tudo com muita clareza.

A ditadura do proletariado é a mais ampla democracia para as massas e a ditadura da burguesia chamando-se democracia é a mais feia ditadura para as massas. Nesse sentido, a expressão "ditadura do proletariado" estava de facto a mais, e por isso devia ser retirada. É por essa razão que nós dizemos que são social-fascistas porque são socialistas nas palavras mas fascistas nos actos.

Das duas uma: ou existe a ditadura da burguesia ou a ditadura do proletariado. Não pode haver meio termo.

EXPRESSO — Portanto, para o Movimento, o que existe nesta altura é uma ditadura da burguesia.

MRPP — É uma ditadura da burguesia. A "ditadura" da burguesia, assim como a ditadura do proletariado, assume várias formas.

EXPRESSO — Na óptica do vosso Movimento há por conseguinte uma ditadura com eleições. Há uma eleição e há uma ditadura? **MRPP** — Todos os ditaduras acabam mais tarde ou mais cedo por recorrer às eleições. É uma forma de legitimar o poder e, no caso da burguesia, de opri-
tir a classe operária.

As eleições nas ditaduras

EXPRESSO — Por conseguinte a ditadura do proletariado não é incompatível com as eleições?

MRPP — De modo algum. As eleições asseguram a todos os aspectos verdadeiramente democrático, porque servem as amplas massas do povo enquanto agora servem apenas a burguesia.

EXPRESSO — Um exemplo de eleições numa ditadura do proletariado?

MRPP — Por exemplo, as eleições na Comuna de Paris, as eleições realizadas sob a ditadura do proletariado instaurado na União Soviética pela grande Revolução Socialista de Outubro, mais tarde traída, as eleições que se fazem na grande República Popular da China.

EXPRESSO — Dá-me um exemplo mais prático desse tipo de eleições no referente à sua organização.

MRPP — Todos os elementos do povo de uma certa idade são chamados a escolher de facto os seus representantes na direcção do Estado a diversos níveis, desde a direcção das Comunas até à direcção dos órgãos centrais do Estado.

EXPRESSO — Houve algum, creio que um pensador legítimo de estirpe burguesa, que afirmou que, em última análise, a democracia consiste no poder que o povo tem de derrubar o governo. Ora isso é possível com uma ditadura do proletariado?

MRPP — Se a ditadura é do proletariado, os órgãos do governo devem satisfazer as aspirações da classe operária. E, portanto, o problema que se põe é escolher os dirigentes da classe operária que são mais capazes de exprimir os interesses das grandes massas do povo conduzido pela classe operária. O problema não é de derrubar o governo. Tampouco o problema do derrube do governo tem esta importância tão grande, porque a ditadura permanece e os governos mudam. A caravana passa mas fica sempre a essência da ditadura.

É do ponto de vista da burguesia que as coisas se passam dessa maneira. Existem diversos sectores dentro dela e cada um procura mobilizar as massas para se representar a si próprio dizendo que isso é a verdadeira democracia.

Se a classe operária no poder não exercer constantemente a sua ditadura nos diversos domínios da

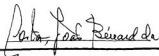
superestrutura (a arte, a política, a filosofia, etc.) pode acontecer que, mesmo sob a ditadura do proletariado, a burguesia retorne o seu poder. Um dos ensinamentos fundamentais do marxismo é que a revolução deve constituir sob a ditadura do proletariado, sob pena de a burguesia poder retomar a sua ditadura.

EXPRESSO — Sendo certo que é possível sempre haver ditadura, mesmo da parte dos dirigentes que representam os interesses da classe operária, como se pode conciliar uma liberdade crítica com um sistema de ditadura do proletariado? Em que medida o Movimento admite a liberdade de crítica e de defendê-la?

MRPP — Sob a ditadura do proletariado continuam a existir classes, contradições de classe e lutas de classe. Portanto, no seno do partido da classe operária e dos órgãos dirigentes, continua a haver luta entre as duas linhas: a linha marxista-leninista, a linha proletária por um lado e a linha burguesa, a linha revisionista de outro. As massas devem, por conseguinte, exercer uma vigilância absolutamente crítica sobre todos os actos dos seus dirigentes e do próprio partido que a dirige. Isto é absolutamente essencial para que a linha proletária marxista-leninista permaneça sempre a orientar toda a ditadura do proletariado. De contrário, a ditadura do proletariado transformar-se-ia numa ditadura da burguesia, como aconteceu na União Soviética. A crítica realista da luta dessas duas linhas é aliás uma condição do desenvolvimento e do progresso da própria ditadura do proletariado até à sua extinção final na sociedade sem classes.

EXPRESSO — E quanto à liberdade de imprensa neste contexto?

MRPP — Existe total liberdade de imprensa sob a ditadura do proletariado. Existe essa liberdade desde que seja utilizada para servir a classe operária e as amplas camadas do povo. Não pode existir liberdade de imprensa na ditadura do proletariado para atacar ou mesmo a ditadura, para atacar o povo e a classe operária, que dá mais de 90% das massas populares, a minoria que vive da exploração não pode ter liberdade para explorar nem opri-
tir.



Os actos e as apostas



João Bénard da Costa

1934-1974

A:

Emídio Santana
Humberto Matias
Jalme Rebelo
João Sequêira
José Francisco
Motez da Silva Ramos
Tomás Aquino
e à memória de
Salvador Pulg

DIZER-SE que somos um país de historiadores é lugar-comum, quase tão espalhado como dizer-se que somos um país de poetas. Do que se diz no que é verdade vai uma considerável distância, mas nem toda a gente parece querer reparar que, apesar do chavão, nem Camões e Pessoa andam por aí aos pontapé, nem muitos países haverá em que o passado colectivo seja mais depressa esquecido, desfigurado ou mistificado. Fora as excepções que confirmam a regra, quase tudo é ainda ouriques e fátimas nesta terra de heróis castos e cautos, providenciais e inspirados, tendo, todos, como divisa única o talento de bem fazer. Se isto é assim em relação aos tempos distantes, o panorama não se altera muito em relação aos próximos. Todos estamos muito interessados em esquecer.

Mas o esquecimento (como a desfiguração e a mistificação) não é apenas apanágio dos valores comuns estabelecidos. Encontra-se igualmente no sector oposto, onde cada um procura os heróis e mitos que mais lhe convêm, caracterizados pela mesma indestrutibilidade. E se estudar, dilucidar, esclarecer, é, à direita, crime de lesa-pátria, à esquerda é, pelo menos, crime de tração. Em 1969, muitas pessoas (e boas pessoas) apanharam um arrepijo pela espinha abaixo, que ainda hoje dura, quando alguns dos seus chamados correligionários começaram a levantar algumas tímidas dúvidas sobre a exemplaridade e consequência dos avatares ilustres. E, ainda hoje há quem jure por Stº. Afonso, como outros por Stº. António, reagindo com a mesma ferocidade e indignação a quem se atreve a dizer que a distância entre um e outro não é assim tão grande como piedosamente nos quiseram fazer crer.

Para quem nestas andanças se andou, outro mito maior é o de que, após os agitados finais dos anos vinte, em que, numa mão a República e noutra a Liberdade, a ordem dos afonsinos lutou de cara aberta contra os novos senhores, se tenha sucedido, qual outra idade média, uma longa noite de dez anos (os anos 30) em que quase nada de relevo se tinha passado, para a fénix renascer das cinzas nas

exaltadas e unitárias horas de 45. Diga-se, em abono da verdade, que nesse mito, não só as viúvas da 1ª República e seus orfãos se achavam interessados, mas também, e muito particularmente, quem nos anos da guerra, por obra e graça de S. José, era concebido sempre sem pecado. Mas isso é outra história. O que interessa, por agora, é que todos nós começámos a nossa história ou a da família em que nos entroncávamos, nesse ano em que nós ou nossos pais tínhamos estado quase, quase, quase.

E 45 gerava 49, que gerava 58, que gerava 62 que, apesar de tudo, gerou 69, e assim sucessivamente com vários ramos mas a mesma árvore genealógica.

Se alguns trabalhos recentes — e refiro-me particularmente aos de César de Oliveira e Vasco Pulido Valente — vêm demonstrar que, pelo menos para alguns da família, há muita bastardia na suposta linhagem que entronca 45 em 1910 (ou mesmo em 1820) não se tem feito até hoje, que eu saiba, idêntico e urgente trabalho desmistificador para o mito da longa noite dos anos 30, e a história desses anos está por fazer. Para muito boa gente, por ignorância. Para outros, porque ela recorda águas muito turvas ou uma subalternidade incómoda. Na verdade, os protagonistas dos anos 30, do lado que me interessa considerar, não eram da família dos que o seriam na década seguinte e era conveniente fazer por esquecer gente incómoda que não primou pelas boas maneiras e destoaia o seu bocado à mesa dos banquetes civicos ou nas romagens aos cemitérios. Não quero ser injusto para ninguém, nem estou a dizer que de banquetes e romagens seja a nossa (não fico de fora) história feita. Sei bem que houve muito mais que isso, gente admirável e muito do que foi — nem mais nem menos do que isso — heroísmo. Mas, nada disto invalida o que disse atrás, nem o que vou dizer a seguir: é preciso esperarmos por tempos muito recentes para encontrar uma inspiração idêntica à dos anos 30, e acções, ao plano da prática, tão exemplarmente consequentes julgo que as não houve mais.

Por isso foi para mim (e creio que para mais pessoas) uma enorme surpresa encontrar e ouvir os homens a quem dedico esta crónica numa série de sessões recentes onde foram falar de história esquecida. A excepção de um ou outro, nunca os tinha encontrado, nunca tinha ouvido falar deles, nem citá-los como exemplo ou como heróis. De facto, e depois dos anos 30, não tiveram ocasião para aparecer muito: estavam noutras paragens bem menos tranquilas e muito mais silenciosas.

Ninguém falou muito por eles, ninguém falou muito deles.

Retenho particularmente um testemunho, expondo, numa linguagem não elaborada mas directa, acontecimentos passados há mais de quarenta anos com pescadores em Setúbal e como, aí, um ideário a que se tem censurado a sua falta de poder organizativo ou mobilizador, preparou um vasto sector da população para uma prática que afectou todos os seus níveis de existência, desde o imediatamente mais público ao mais privado. E conseguiu que um programa libertário não fosse cartilha dogmática ou palavra de ordem, mas efectiva transformação.

Para além dele, quem sabe todo o resto: quem sabe o que era, a esses anos, a C.G.T. portuguesa e qual foi o seu fim, para o qual tantas vontades opostas se coligaram? Quem se recordou, neste país de efemérides, que a 18 de Janeiro deste ano passaram quarenta anos sobre uma data que devia ser exemplo e ensinamento para tantos de nós? Quem sabe o que se passou na Marinha Grande nesse mesmo ano? Quem conhece bem as acções posteriores, algumas das quais, no entanto, todos nós ouvimos falar como "momentos únicos"?

E porque o não sabemos? Será que, na verdade, aqueles homens são vestígios dum passado morto e, definitivamente, sepultado? Que o movimento pelo qual um número insuspeito deles deu a vida e todos deram o melhor da sua coragem de homens é apenas um fóssil na sociedade portuguesa actual e nada tem que ver com projectos futuros? Exemplos recentes e vizinhos parecem-nos mostrar que não está aí a razão do esquecimento e que, se essa fosse, outros os não haveriam de lembrar tão amiúde com tamanha raiva obsessiva. Razões, sim, haverá que as ir buscar aos seus próprios métodos e vias que, sem serem sempre insusceptíveis de críticas e críticas severas, visam um dos mais vastos projectos transformadores que o homem conhece na luta contra as opressões e não contra esta ou aquela forma particular delas. O que, para mim, hoje,

Costa, José Bernard da

Os actos e as apostas

José Bernard da Costa

A memória e o medo na Imprensa portuguesa (III)

«NUNCA choraremos bastante quando vemos / o gesto criador ser impedido». Este verso de Sophia de Mello Breyner Andresen pode servir de epígrafe a qualquer história da censura que se venha a escrever e que é, de resto, urgente que se escreva.

Para avaliar da acção da censura não basta, no entanto, pensar em tudo o que se escreveu e não pôde ser publicado, em tudo que se escreveu e foi mutilado ou, mesmo, em tudo que não se escreveu porque de antemão se sabia que não era possível. Há que ir mais longe e verificar que mesmo o que se escreveu e foi publicado, o foi, a maior parte das vezes, sob o efeito duma distorção, mais ou menos consciente, que obrigava à alteração ou degradação do texto para que o texto passasse. Ou seja, em vez da comunicação directa procurava-se a comunicação invia, dizer não o que se tinha de dizer, mas o modo de dizê-lo sem parecer que o que era dito, dito de facto era. De certo modo, pode dizer-se que a comunicação era uma comunicação cifrada, destinada a um bom entendedor, para o qual não bastavam meias palavras, mas um excesso de palavras que procuravam tapar com o seu ruído o que o texto dizia. Havia jornalistas especialistas na arte de fintar a censura, havia uma aprendizagem de escrever para a censura. Daí uma literatura jornalística particularmente críptica, imposta pela necessidade de escapar ao lápis azul, e que produziu em todos nós um discurso particularmente pouco propício à clara compreensão. Desde a terminologia (dizia-se «neo-realismo» para não dizer «realismo socialista», dizia-se «um pensador alemão do século XIX» onde se queria dizer Marx, dizia-se «o autor do «Que Faire» para não dizer Lenine, dizia-se «conflito entre camadas sociais» para não dizer luta de classes) ao discurso (todo ele cheio de preâmbulos, concessivas, advertências, onde se tratava de ir direito ao assunto e de afirmar o de negar). Sem exagero se pode dizer que uma segunda linguagem nasceu, e que todos nós aprendemos o falar, que fugia da clareza e da frontalidade como o diabo da cruz e se obscurecia para não ser proibida.

Dum escritor me lembro eu que, sempre que escrevia artigos para jornais e revistas, fazia duas redacções: quando estava contente com a primeira acrescentava: «agora tenho que a obscurecer». Não sei até que ponto os censores estavam conscientes deste jogo, mas é evidente que o apoiavam; salvo raras excepções, o que eles não percebiam não era percebido pelo leitor médio. E que importância que se dissesse mais, se esse mais só poucos o entenderiam?

Lembro-me dum texto publicado pelo poeta M. S. Lourenço, ao tempo em que o meu tempo era «O Tempo e o Modo». Num artigo sobre «Metaliteratura», apresentava uma determinada matriz e depois acrescentava: «como exercício, o leitor pode verificar que um conhecido verso do poema «O Anagrama de Tubal» toma a seguinte forma». Seguiu-se uma série de números e potências. Se o leitor (o que só em dois ou três casos deve ter acontecido) se desse ao trabalho de comparar esses números com a matriz, e de fazer algumas contas, descobria que «o conhecido verso dizia -até quando enfim pudificaremos?». Se o autor e meia dúzia de pessoas se divertiram com a ideia de que essa abstração ao fim da pida tenha passado à censura e pudesse aparecer em letra impressa, é óbvio que, como o censor, à quase totalidade dos leitores passou despercebida. O exemplo pode parecer extremo, mas julgo que ele revela o limite para que se tendia. Falava-se por parábolas e metáforas só que, como no Evangelho, elas não eram entendidas por quem tinha ouvidos para ouvir, mas por quem estava iniciado nesse tipo de contra-comunicação. Contra o discurso oficial dos adeptos do regime a única alternativa era um contradiscurso, críptico e obscurecido para pouco e infelizes. Como o hábito faz o monge, esse discurso foi interiorizado e assimilado e, com o tempo, (48 anos são muitos anos) a pele poética, tomou o lugar da própria pele e deixou-se de perceber até que ponto ela era poética. Em vez de pão pão, queijm queijm, ficou qualquer coisa como trigo trigo, vaca vaca, adquirindo a segunda metáfora a tal ponto o valor da primeira que, esquecida aquela em detrimento desta, o que ambas significavam se perdeu.

Para ilustrar o que digo recorro a um exemplo meu. Na coluna ao lado desta crónica, encontra o leitor uma outra que escrevi em Fevereiro de 1974 para o EXPRESSO, com o título «1934-1974».

De que se tratava? De Novembro de 1973 a Março de 1974, o César de Oliveira deu, no Centro Nacional de Cultura, um curso sobre «Aspectos do Socialismo em Portugal». Quando se estudava os anos 30 chamou para o ajudar alguns militantes anarco-sindicalistas, os mesmos a quem o artigo é dedicado. Para chamar a atenção para essas sessões de interesse excepcional, escrevi esta crónica, sabendo que se falasse em anarco-sindicalismo, em anarquismo, na acção desses grupos nos anos 30 (C.G.T., «A Batalha», o soviete da Marinha Grande de 10 de Janeiro de 1934, o atentado contra Salazar, etc.) tudo seria cortado. O resultado foi o que está na coluna ao lado, e devo

confessar que não foi brilhante porque a censura cortou a mesma. Mas se tivesse passado (e talvez pudesse passar se não fosse o erro) de eu o ter dedicado igualmente à memória de Salvador Puig) que teria o leitor compreendido dum texto sobre o anarquismo em que essa palavra nunca é dita? É um exercício que proponho a quem tiver paciência.

A quem a não tiver, chamo a atenção para o seguinte:

a) — o longo preâmbulo (a referência obliqua às sessões do Centro só aparece na segunda metade da crónica), regra de ouro do antijornalismo a que a censura obrigava. Nunca entres de caras num assunto;

b) — o irritante tom de bicadela no percaeiro do mesmo preâmbulo, compromisso entre a reverência a quem estava na mesma posição e o debate ideológico impossível. Das meias palavras saem necessariamente meias verdades. Meias verdades são sempre meias mentiras. Facilidade e simplificação;

c) — passado o preâmbulo, as coisas complicam-se e os desvios sucedem-se. O leitor que, por acaso, percebesse do que se estava a falar, nada encontrava do que os anarco-sindicalistas que participaram nas sessões do Centro disseram. Mas não se resistia a deixar alusões e fala-se do atentado a Salazar como de uma acção de «que ouvimos falar como «momento único»... de exemplos recentes e vizinhos» para falar da execução de Carreiro Blanco, de datas e nomes sem nunca nada explicitar.

d) — por fim, não se resiste à tentação pedagógica de pedir o reexame teórico da problemática levantada pelo anarquismo, como se vivessemos noutro país e ele fosse possível. Igualmente outro resultado: chegarmo-nos a alienar de tal modo nas palavras que a ficção se tornava realidade. É esquecer, por fim, que só meia dúzia de pessoas tinha, talvez, percebido que questões teóricas eram essas e que, mesmo essas, as não podiam vir debater ao terreno severamente policiado.

A exegese do artigo foi sumária. Muito haveria a dizer das inúmeras figuras gramaticais, dos circunlóquios, das perífrases, de tudo, numa palavra, que propositadamente obscurecia o texto. Propositadamente? Se quiser ser honesto não o posso afirmar tão depressa, porque, se é verdade que eu queria fazê-lo passar à censura e, portanto, queria ser obscuro, também o é que muita coisa já estava de tal modo incorporada num estilo, que havia um lado obscuro que já era próprio e escrevia por mim. E a prova talvez seja esta mesma crónica e todas as que tenho escrito sem censura.

Escolhi-me a mim para não recorrer à facilidade de visar o próximo. Mas, a todos nós proponho a questão de saber até que ponto nos libertámos ao ponto de saber dizer mesmo o que pensamos.

E proponho dois exemplos:

1) — No muito digno jornal «Le Monde», falando-se de uma conferência de imprensa de Pompidou, com Pompidou vivo e presidente, dizia-se: «A deselegância com que se exprimiu, só encontrou equiparação na desonestidade do que disse». Alguém de nós é capaz de traduzir esta frase para português?

2) — Qual de nós é capaz de dissertar à vontade sobre este tema «A Comissão «ad hoc» existe para punir as agressões ideológicas dos meios reacçãoários» ou «as agressões ideológicas aos meios reacçãoários»?

Um amigo meu dedicou o livro que escreveu ao pai, com esta bela dedicatória: «Ao meu pai, que me ensinou a pensar o que digo» e dedicou o mesmo livro à mãe com esta bela dedicatória: «À minha mãe, que me ensinou a dizer o que penso». Quem teve pais e mães assim em Portugal? E quem, se os teve, não encontrou padrazos e madrazas a punir tamanha «ingenuidade»? Mas ou é agora que começamos, ou mais tarde será tarde demais.

Mesa Redonda / EXPRESSO 74

Das relações com a União Soviética

A POLÍTICA externa portuguesa continua na ordem do dia deste número do EXPRESSO.

Jorge Campinos, Jorge Miranda, Nuno Brederode Santos, Pedro Ramos de Almeida, Pedro Soares e Marcelo Rebelo de Sousa (como moderador), são os participantes da mesa redonda-maratona que hoje termina.

Dos Açores (bases) à União Soviética (relações), passando pela Europa (viagens), de tudo se falou um pouco...

O significado político da base dos Açores

EXPRESSO — Regressando às relações entre Portugal e os EUA, eu gostaria de levantar agora a

questão das negociações referentes à base dos Açores. Essas negociações podem constituir, na verdade,

um teste muito significativo para a actual orientação da política externa portuguesa.

● A posição do Partido Comunista Português

P. S. — O partido comunista já definiu a sua posição quanto às bases militares do nosso país, e uma posição conhecida de há muito, porque a definimos no nosso Programa, e temos-la sempre sido presente em toda a nossa actividade. Nós desejamos, na realidade, realizar uma política de independência nacional. É na política da independência nacional que a integridade territorial do nosso país, bem como uma política de paz e de boas relações com todos os países.

Ora, nós vivemos num contexto político bem claro, bem preciso, e porque nos orientamos por uma linha política que se baseia numa doutrina científica (que é o marxismo-leninismo) nós determinamos a nossa posição no momento presente por um espírito realista e objectivo. Portanto, até hoje não levantámos nenhuma questão relacionada com a existência da base militar americana nos Açores. Pensamos que isso se enquadra no Programa do MFA, e que damos o nosso apoio, e sobretudo o demos. Pensamos

além que a política externa do país, como dita o Dr. Jorge Campinos, deverá ser decidida a partir da realização de eleições em que o povo português se possa pronunciar sobre o rumo a seguir quer em relação às bases dos Açores, quer em relação a outros aspectos essenciais daquela política. Por este facto, nós não só levantámos questões relacionadas com a existência da base das Lajes,

como também o nosso comendado significa que pretendemos integrar-nos o mais possível naquilo que são os nossos compromissos políticos, detendo a

decisão do povo português e das forças democráticas que tenham a ter responsabilidades no Governo definitivo a solução deste problema, que sem dúvida nenhuma tem dimensão nacional

● Tese geral e caso concreto

NUNO BREDERODE SANTOS

— Sobre o ponto concreto da base creio que há mais um aspecto a referir. Seria um bocadinho ousado por parte de quem não tem na mão todos os dados que estão em jogo, forçar aqui uma proposta concreta da atitude a tomar durante as negociações. Não temos elementos para isso, e portanto não o podemos fazer. Penso que é absolutamente indispensável que fique bem claro em tese geral que uma base militar em território nacional não é conforme com o

ponto de vista da independência nacional. Sabemos perfeitamente, que mercê de contingências várias, muitos outros países do mundo as têm. Ignoramos a exacta medida das nossas contingências. Agora, é importante que se verifique e que se note esta mudança: Os tais pressupostos políticos que levaram Portugal a negociar a base dos Açores, neste momento mudaram completamente. Portanto agora é uma política de contingência que não pode levar, ou não a fazer concessões.

● Não ao uso em caso de guerra

JORGE MIRANDA — Eu desejaria frisar alguns pontos importantes. O primeiro é o de que — permitam-me esta expressão — uma base militar estrangeira, seja de que país for, nunca é boa política. Uma política de independência nacional não pode conciliar-se com a aceitação de bases, de facilidades a conceder a qualquer país estrangeiro. Portanto a política externa portuguesa deverá ter em vista acabar com qualquer base ou facilidade concedida a governos estrangeiros. Mas, este princípio que temos exposto, não pode levar a esquecer as realidades do momento, dentro de uma visão eminentemente realista que uma política externa tem sempre que ter em conta. Por conseguinte, quanto ao caso concreto da base das Lajes, admito perfeitamente que o governo português tenha a necessidade de chegar a um acordo quanto à sua concessão aos EUA. Parece-me, no entanto que dois princípios fundamentais deverão orientar essas negociações relativamente à eventual concessão da base aos EUA. O primeiro é o de que, em caso de guerra, do género da que ocorreu o ano passado entre Israel e os países árabes, Portugal deve adoptar muito firmemente uma política de recusa de concessão dessa base em favor

de um país contra terceiros. No ano passado, e foi uma vergonha — temos que o admitir —, o Governo português foi o único que permitiu a utilização da base, uma base americana para o suporte a um país envolvido num conflito que não nos dizia respeito. Objectivamente o governo português tomou uma posição parcial neste conflito. Depois que foi uma vergonha só explicável pela situação de dependência em que se encontrava o governo português. Portanto, será, na minha opinião, absolutamente indispensável que fique bem claro que Portugal (tal como a Espanha o fez) não poderá admitir a utilização dessa base para conflitos no género daqueles que se têm verificado ou que se podem vir a verificar no Médio-Oriente. Em segundo lugar parece-me essencial que a admitir-se a concessão dessa base, haja uma contrapartida agradável, nos planos económico e financeiro, que de alguma forma compense os inconvenientes dessa concessão. Na concessão terá de haver, como também já foi afirmado pelos nossos responsáveis, uma forte compensação financeira e económica dos EUA em benefício de Portugal em geral e em particular do povo açoriano.

De novo o saneamento

PEDRO RAMOS DE ALMEIDA — se me dão licença é evidente que estamos num debate de política externa e não num debate de política interna e portanto não vou passar a considerações que viriam a propósito dentro de um debate de política interna. Segundo ponto que me parece importante, é o seguinte. É evidente que também não vimos demonstrar que defendemos o MFA, que defendemos

o Governo Provisório, ou o Presidente da República, pois já o fizemos antes e depois de 28 de Setembro. Não é portanto, isto que está em causa. O que está em causa é a possibilidade de exprimir uma opinião, e uma opinião crítica, por vezes, em relação a certas realidades do nosso país o que só tem a ver com a defesa daquilo que é essencial dentro dele. É isso mesmo que devemos cultivar. Poderá, às vezes, a afirmação dessa opinião crítica não ser aquela que mais agrade. Mas temos que reconhecer que ela deve existir, sem imediatamente fazer dela um processo de intenções. Deveremos é ver se tem sentido ou se o não tem. Isto no nosso país, creio que é particularmente importante, depois de 48 anos de fascismo. Dentro desse aspecto, quando levantamos a questão dos eventos da diplomacia

externa portuguesa, é evidente que não nos referimos a pessoas como dr. Mário Soares, nem ao seu amigo que aqui se encontra, e não desde que nos referimos a uma realidade global, que para nós é preocupante. Que é a realidade constituída pelos nossos representantes no estrangeiro. Realidade

que é de preocupante e de que se têm chegado amargos queimões portugueses que lá se encontram. Não é só neste plano que ela está. Num outro plano também me creio que é importante, que é o grande, imprensa estrangeira as suas relações com Portugal e o

combate que lhe é preciso dar, por todo o lado, dentro do clima que tentos criar contra o nosso país. Este é outro problema que é relevante dentro das nossas relações externas, e a que devemos dar alguma atenção. Portanto, e especificando bem: não se trata de um ataque e muito menos demagógico de procura de êxito político. Trata-se de manifestar

preocupação pela defesa da democracia portuguesa no plano externo, com toda a incidência que isso tem dentro do plano interno. Creio que é um ponto acerca da cuja importância nós todos faremos de acordo.

A questão da greve na base das Lajes

QUANTO à questão dos Açores, parece-me que deve estar como o resto da política externa ligada a isto: ver o que é o essencial. E os Açores e a regulamentação da base dos Açores talvez não sejam ainda neste momento o essencial da situação portuguesa. O essencial hoje é que Portugal seja um país democrático, livre e que assegure a sua independência nacional. O que pode passar por ter de admitir que haja parcelas do seu território que neste momento ainda tenham uma ocupação militar estrangeira, ainda que essa não seja o desejo do povo português. Devemos distinguir em cada momento o que é essencial e o que o não é,

procurando, desde já, como é óbvio, que essa situação seja o menos perigosa para o povo português e o menos perigosa para outros povos. Creio até que, em certo sentido, um pouco o nosso comportamento só deve conter duas coisas como já o mostraram os portugueses que trabalhavam na

base: Deve conter a admissão da situação e o procurar tirar vantagens dela, não deixando agravar os seus perigos e indicando a via do futuro. Foi isto que fizeram os portugueses que trabalhavam na base dos Açores ao desencadearem a greve que é talvez a mais original

da história das greves portuguesas — a greve de falar inglês dentro da base. A greve de falar português aponta para a linguagem de paz que um dia poderemos ter, que é a linguagem de um dia não termos no nosso território bases estrangeiras, sejam de quem forem.

Mas aponta dentro deste compromisso de homens que lá estão, que trabalham, e que exprimem simplesmente o seu desejo de uma transformação futura indo desde já criando condições daquilo que deve ser a evolução e a situação de um país novo.

● Nova resposta

JORGE CAMPINOS — Eu creio que é uma atitude normal e justa tentar estabelecer a democracia em Portugal. Não só ao nível das instituições, mas também ao nível dos homens. Nesse campo, o que foi feito no Ministério dos Negócios Estrangeiros, no que respeita ao saneamento foi, talvez, mais avançado do que foi feito noutros Ministérios. Estou disposto a suportar aqui a comparação com números em geral. Mas, haveria ou não factos específicos ou determinadas para que esse saneamento fosse mais actuado no Ministério dos Negócios Estrangeiros do que em outros Ministérios? Eu quero afirmar aqui claramente que só encontrei razões inversas, embora o saneamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros tivesse sido mais avançado do que em outros Ministérios. O 25 de Abril veio dar pela primeira vez, depois de 50 anos a possibilidade a diplomatas em título de serem diplomatas reais. Da política de "pedinchite" internacional, passou-se a uma política diplomática activa com a consequente realização, direi eu, do sonho dessas pessoas que, com os seus defeitos e as suas qualidades, teriam realizado algo. E foi assim, graças à exploração desse sentimento psicológico, que nós conseguimos fazer funcionar o Ministério dos Negócios Estrangeiros. No momento de mutação profunda das nossas relações internacionais, no momento em que novos laços se estabelecem com outros povos, nomeadamente com os povos do Leste, vim encontrar ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, 120 funcionários e um orçamento que é inferior ao orçamento de que dispunha o serviço de ambulâncias do Ministério do Interior. Digam-me, se eu deveria então paralisar completamente o serviço da nossa diplomacia, se não seria um grave erro político não explorar rapidamente todas as possibilidades internacionais que nos eram dadas graças ao Movimento do 25 de Abril? Era ou não, uma atitude responsável da nossa parte? Mas é claro, agora, temos uma Comissão de Saneamento e Reclasseamento que está disposta a estudar todos os "dossiers" que lhe forem enviados. E está a estudar, e dispõe de três tipos de sanções. Sabe muito bem que a situação política portuguesa foi uma situação de

N. B. S. — Com isso, não tens a intenção de dar por assente que as contingências nos obrigam a ceder a base dos Açores? Melhor: não percebi se tu estavas a dizer que admittes a hipótese de as contingências nos obrigarem a manter uma base americana nos Açores.

ou se estavas a afirmar que as contingências nos obrigam de facto...

P.R.A. — Não estou a afirmar. Admito apenas que sim, e admito que tenhamos que ver sempre o que é essencial.

compromisso. Como político, também que eu sou, constato que o regime actual é um regime de compromisso que transporta no aparelho normativo do sistema político precedente. E é ao nível desse aparelho normativo que nós estamos a governar. Quando quero aplicar uma sanção a interior do Ministério, pois não saio imediatamente de todo o aparelho da função pública ou grande responsável foi Manuel Caetano. Isto é idêntico em todos os Ministérios. Assiste-se à separação extraordinária do facto de certos funcionários, posta à disposição, ou para a reforma com ordenados superiores aos dos Ministérios. Sabem muito bem que isso é produto de um compromisso do sistema político actual. E é nesses quadros que nos temos o movimento e que eu reagi nesse reagi há pouco, tanto mais que certos artigos de imprensa já não sabem onde é a dimensão política do saneamento, como tal, e a dimensão política, digamos, que é representada pelo actual Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito geral, sem fazer um ataque a esta ou aquela tendência.

Mesa Redonda / EXPRESSO 74

Política externa: Portugal, as Lajes e os EUA

• Política de desarmamento

Quanto à base dos Açores, devo constatar com agrado que o camarada que interveio em primeiro lugar sintetizou bem a minha opinião sobre o assunto. O problema, primeiro, está inextricavelmente associado ao Programa do Movimento das Forças Armadas, quando estipula que se deve respeitar os compromissos internacionais. Porque é que houve negociações sobre a base das Lajes? Pois bem, porque o acordo está terminado e era preciso negociar esse acordo. Ora, não, não vamos em situação provisória, e o resultado do acordo seria uma mudança de fundo na nossa política externa. A atitude do governo e do Presidente da República foi portanto a de negociar a termo o acordo da base das Lajes. Também não se decide quanto ao futuro: será ao povo português que compete determinar a nossa atitude no que respeita a bases estrangeiras no território nacional. Se nesse quadro e nesse contexto eu tiver uma influência política qualquer, qual é a posição que vou defender? A minha posição será franca e aberta. Sei contra a existência de bases estrangeiras no território nacional. Porquê? Em primeiro lugar, porque a base estrangeira é um instrumento material de uma política de domínio militar. Mas não devemos situar-nos simplesmente nessa atitude negativa. Devemos situar a nossa posição numa política construtiva que é transformar em símbolo de desarmamento real mundial a não existência de bases estrangeiras no nosso país. Malá ainda, a de lutar firmemente para que exista no mundo e em especial na Europa um pacto de não agressão, um pacto de segurança e de cooperação entre os povos da Europa. Não se fixo sobre a base das Lajes, aproveito o pretexto oferecido pela base das Lajes para alargar o problema à paz mundial, ao desarmamento real e à utilização das mesmas despesas feitas em armamento para a luta pela justiça, para a luta contra a fome, enfim para a paz no mundo. E essa e será a minha posição, se eu a defender então.

● O que recebemos da URSS

P. S. — É do conhecimento público que durante cerca de meio século o regime fascista impediu as relações normais de Portugal com os países socialistas, e em particular com a União Soviética. A viagem do Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal foi sem dúvida nenhuma um passo importante no restabelecimento dessas relações normais, e foi um passo importante também na contribuição para resolver alguns aspectos de interesse, e até alguns aspectos fundamentais relacionados com a actual conjuntura económica do nosso país. A União Soviética, como os países socialistas, estabelecem relação numa base de igualdade e respeito mútuo. Não estabelecem relações com Portugal os outros países com pretensões ou ocupação de posições estratégicas ou de outra ordem. E dentro deste campo nós podemos verificar que aquilo que aparece como uma perspectiva é sem dúvida nenhuma...

Permite-nos encetar essas relações num plano de confiança, e é a utilidade que essas relações têm para a economia nacional, para o povo português... No que se refere à economia nacional não há dúvidas nenhuma que se abrem novas perspectivas. O mercado soviético é um mercado amplo, que não funciona somente por conveniências económicas do próprio país, da União Soviética, mas que funciona também na base da solidariedade que os países socialistas dispensam aos povos que conquistaram a independência ou que conquistaram a sua liberdade, tal é o caso concreto de Portugal. E podemos dizer que essas perspectivas nos permitem encetar algumas soluções, embora elas não estejam ainda totalmente definidas. Mas para além do aspecto económico, temos que considerar o aspecto cultural, o aspecto científico que também nos trazem questões novas. E creio que nós, que vivemos privados de uma contribuição valiosa, neste domínio, podemos lucrar dessa contribuição com o estabelecimento das relações normais com a União Soviética. E temos aqui um conjunto de tarefas soviéticas que é demonstrativo do alto nível da arte soviética, como tivemos já a ocasião de ter representantes da cultura soviética que são dignos não só de um legado de um país que se libertou de um sistema capitalista, mas que é um legado de um país cuja cultura é de uma alta expressão no sentido de um realismo humanista que é o que é o realismo socialista.

O sentido desta colaboração permitiu compreendermos melhor certos problemas que o fascismo colocou, que o fascismo pretendia afastar do conhecimento

dos nossos intelectuais, do povo português e outros domínios da nossa actividade. Penso que este aspecto também interessa salientar, porque no quadro da política externa fascista representa um passo adiante em relação a outros que foram dados noutros sentidos. E o que há a fazer é consolidar, avançar e pensar que essas relações são de importância variada e são fundamentais para consolidar a democracia no nosso país, para consolidar o desenvolvimento de aspectos de cultura, de aspectos de arte, que interessam tanto à União Soviética, como a Portugal. Mas nós também temos

algo a levar à União Soviética no que se refere a actividade artística, e à actividade literária, no que se refere a manifestações que o fascismo impediu que fossem conhecidas na União Soviética. E não há dúvidas que na U. R. S. S.

se fizeram traduções de escritos portugueses, traduções de escritos clássicos como Camões, cuja conhecimento e estudo foi talvez desenvolvido a um nível que não é conhecido no nosso país, o que demonstra que na U. S. a situação portuguesa não foi ignorada em aspectos que são talvez particulares da cultura nacional.

● Normalizar a política externa

JORGE MIRANDA — Quero dizer antes de mais, que é necessário saudar a decisão histórica de estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética e com os países socialistas. No que diz respeito à U. R. S. S. é fundamental ali referir que não foi apenas o governo fascista que não teve relações com ela. Após a revolução de 1917, os sucessivos governos que houve em Portugal ainda assim não se ligaram à U. R. S. S. não chegaram a reconhecer o governo soviético. Portanto, na perspectiva mais ampla das relações entre Estados é agora em 1974, ao fim de 57 anos, e não apenas de 48 anos, que esta enorme realidade que essa política fundamental da vida internacional dos nossos dias que é a União Soviética tem o lugar que lhe pertence no quadro da política externa portuguesa. E, portanto, no que diz respeito em geral aos países socialistas, e no que diz respeito em particular à U. R. S. S., uma decisão histórica, e essa decisão decorre logicamente da política de relações normais com todos os países definida no Programa do Movimento das Forças Armadas. Se vamos ter relações com todos os países, temos que ter também com a União Soviética, e com todos os países do Leste europeu. Assim devemos ter também com a China e com todos os países socialistas da Ásia. Este é o ponto que me parece fundamental.

Qual o tipo de relações que devemos ter com a U. R. S. S. e com os países do leste europeu? Neste momento não me referiria especificamente às relações com a China e países socialistas da Ásia. As relações com a União Soviética e com os países do Leste Europeu deveriam ser vistas em dois planos. Em primeiro lugar, o plano bilateral das relações de interesse mútuo que deve existir entre Portugal e esses países. Em segundo lugar, o plano, porventura mais amplo, da construção da paz,

da segurança e da cooperação dentro da Europa. No que diz respeito às relações bilaterais, eu suponho que, apesar que até 1974 não haver relações diplomáticas entre Portugal e os países da Europa Oriental, havia relações económicas, relações precárias (não sei que volume é que tinham) mas suponho que existiam efectivamente. É evidente que a normalização da situação política nacional e a normalização da política externa portuguesa levarão também logicamente a uma intensificação das relações económicas entre Portugal e esses países. Não sou economista portanto sinto-me em dificuldade para ponderar as vantagens que advirão para Portugal do desenvolvimento dessas relações, mas é evidente que pelo menos uma grande vantagem há-de advir que é a diversificação. Intensificar relações, diversificar as relações comerciais de Portugal, certamente que pelo menos há algumas ou quebras a situação de Portugal, em que nos encontramos em relação a certos países. Mas não há apenas relações económicas a considerar. Há ainda relações culturais e mesmo humanas.

● Portugal

tem pouco a dar

Não é que a U. R. S. S. e os países da Europa Oriental tenham poucas vantagens de Portugal, sendo o estado instável em que a nossa cultura, a nossa investigação científica, as nossas universidades, a nossa tecnologia se encontram, depois de anos de obscurantismo, mas estou convencido que, em contrapartida, Portugal terá muito a lucrar com relações a nível universitário, científico, técnico com países de alta tecnologia, normalização com a U. Soviética. Suponho que o estabelecimento dessas relações além de efeitos bilaterais se integra num plano mais amplo, que é o dos contactos entre os povos, do conhecimento das diferenças e também das afinidades que existem entre os povos. E estabelecer relações normais entre os povos, fazer os cidadãos de um país visitarem os outros será um domínio que deve ser a base de uma via internacionalista.

EXEMPLO DE COLABORAÇÃO

Portugal

e a

União Soviética

EXEMPLO DE COLABORAÇÃO

EXPRESSO — Ora bem, podemos talvez agora transmitir para outro tema ligado com a recente visita de uma delegação portuguesa à União Soviética, delegação que foi presidida pelo Ministro sem Pasta Álvaro Cunhal. E concentrando sobre esse novo tema, daria a palavra a quem a tivesse primeiro utilizado, para fazer também um balanço do que poderá ser a abertura de horizontes naquele quadrante importante da política externa portuguesa. O dr. Nêo Soares quer dar o "postage de saída"?

Cooperação e segurança europeia

Outro ponto a que me queria referir é o da colocação das relações entre Portugal e os países da Europa Oriental dentro do plano mais amplo da cooperação e da segurança europeia. Pois nós somos um país europeu, os países socialistas a que me estou a referir situam-se igualmente na Europa, e estabelecer relações normais entre Portugal e os países da Europa Oriental poderá também ser um passo no sentido de se conhecer esse mundo de não entendimento que tem havido entre a Europa Oc-

idental e a Europa Oriental. Embora não tenha elementos seguros, penso que Portugal poderá desempenhar um papel activo nos esforços que estão a ser desenvolvidos já há alguns anos no sentido da Segurança Europeia. Com todo o realismo tomando como base a existência dos blocos, e aquilo que foi dito pelo dr. Campinos — que a paz mundial passa pela Europa, que o equilíbrio do mundo se situa na Europa — tendo consciência de que o futuro da paz internacional é ainda a

Europa, que a Europa esteve na base de duas guerras e que poderia eventualmente estar na base dum cataclismo, mas é fundamental que se tente desbloquear a situação, tente romper os muros, tente abrir brechas no sistema de não entendimento e de desconfiança, construindo relações amigáveis entre todos os povos europeus. Acrescentaria ainda, mas isto já se liga a um outro ponto, o da Europa, que eu tinha visto pessoal a construção de uma verdadeira Europa, não uma

Europa imperialista, mas uma Europa capaz de ser autónoma em relação aos Estados Unidos, esse será porventura o objectivo a prosseguir a longo prazo, que esta Conferência de Segurança Europeia e outros esforços que venham a ser desenvolvidos poderão ter em vista. Isto embora tenha consciência de que é um pequeno país como Portugal, na situação difícil em que se encontra, que dará o contributo devido. Mas, apesar de tudo, poderá dar um contributo importante.

● Luta contra os monopólios

P.R.A. — A importância das relações de Portugal com a União Soviética começa por se medir pelo que é a importância da União Soviética no mundo. Eu acho que a forma de se medir a importância de um país, como de qualquer realidade, é tentar retrá-la: Suponhamos que a União Soviética não existia. Retiremo-la e imaginemos que no seu lugar passa a haver mar. Imaginemos então qual teria sido a história do mundo, qual era a actualidade. E assim nós podemos colocar bem qual é a importância da U.R.S.S. na actual situação internacional com todas as suas características. Ora, no que toca ao nosso estabelecimento de relações com a U.R.S.S. penso que o que se pode dizer é isto: fez-se erradamente, e de outro modo, de conta que não existia, quando na realidade existia e muito, e agora o grande objectivo é admitir que existe, e se deve reconhecer-la.

O que o 25 de Abril e o 28 de Setembro trouxeram à realidade portuguesa, foi também a importância histórica de Portugal poder ter relações com um país de importância mundial, da União

Soviética, e, além dele com todos os países socialistas. Outro aspecto creio que devemos raciocinar em termos práticos. Raciocinar em termos práticos significa raciocinar em cima da hora, e não raciocinar simplesmente em termos gerais. Temos uma reacção que continua a

conspicar no nosso país, através da via da sabotagem económica, e tentar destruir a democracia no nosso país. Dentro desse plano o papel pode desempenhar as relações com os países socialistas e, designadamente a cabeça com a U.R.S.S. e com todos os países com

que não temos tido relações diplomáticas e comerciais é de uma importância extraordinária. Importância que além não só da contribuição que traz para a paz mundial, para a segurança europeia, para o estabelecimento

(continua na pág. 22)

Mesa Redonda / EXPRESSO 74

(continuação da pág. 21)

de laços culturais entre povos, mas de combate à subjugação económica que os monopólios preparam na nossa terra. Volto sempre a este tema, pois creio que

temos que continuar a raciocinar dentro da base de que, para nós, a concepção de uma política externa está intimamente ligada à importância da edificação da democracia em Portugal.

A questão das independências

● Desalienar

EXPRESSO — Todas as intervenções focaram o indelével interesse das relações entre Portugal e a U. R. S. S. Mas, quanto a passos para o futuro podemos?

J. C. — Já foi sublinhado aqui o aspecto histórico da viagem do ministro do Governo Provisório à União Soviética. Associe-me, pois, a todas as intervenções que tenderam a sublinhar este aspecto.

Considero também, já numa outra dimensão, esta viagem como profundamente desalienante. Durante 48 apresentou-se o comunismo com uma feição profundamente falsa, como um mundo de prúdes, como um mundo de torturas, onde inclusive os filhos eram separados das famílias e as pessoas se deslocavam

acorrentadas. Constatou-se hoje que isso corresponde à realidade profunda dos países de leste, isto constitui consequentemente para a desalienação do povo português, e por esta desalienação luto eu com os meus amigos, e digo muito francamente, porque todos nós conhecemos pelo menos os presentes, qual é a opção ou o modelo a que nós nos associamos. Considero portanto isso como um acto histórico, cujas dimensões se projectam no passado e têm também potencialidades enormes para o futuro. Tanto mais que propaganda fascista do regime precedente tentou sempre, na base dos temas que eu acabo de focar, pôr o futuro de Portugal entre duas opções completamente opostas, uma das quais era absolutamente falsificada.

● Não à euforia excessiva

Mas, numa atitude que considere responsável e ponderada, e para bem da amizade entre os povos da U. R. S. S. e Portugal, não gostaria de ver acalentadas esperanças que ultrapassem certas realidades objectivas. Não podemos fazer muito nas novas relações que estabelecemos com a U. Soviética.

Primeiro, porque partimos praticamente do zero. Em segundo lugar, porque há uma vontade da U. R. S. S. e de Portugal de estabelecer novas relações e de ascender a novos caminhos, não só económicos, mas também culturais e outros. No entanto, não é de pensar que essas relações vão ter uma dimensão e um conteúdo extraordinário, porque não podem sê-lo. Primeiro, por razões que decorrem da infraestrutura portuguesa, por outro lado por razões que decorrem de obrigações internacionais da própria U. R. S. S. Há uma prática, já dessas obrigações e a aplicação da teoria marxista-leninista da divisão internacional do trabalho, entre os países que compõem e que se chama o bloco da Europa de Leste. Essa divisão internacional do trabalho, leva logicamente, necessariamente, a relações preferenciais entre esses países, e desenvolve-se, fundamenta-se, no que se chama o COMECON. Não próprios, dadas as nossas estruturas agrárias, dada a nossa infraestrutura económica, somos exportadores de produtos que estão directamente em concorrência com produtos criados nesses países. Penso mesmo, por exemplo, nessa batata internacional que nós fazemos com o vinho. Pois bem, quando da minha viagem à Bulgária, constatei que havia um vinho de alta qualidade, profundamente diversificado, e não é nesse domínio que nós vamos fazer concorrência em condições favoráveis com a Bulgária.

Também apreciiei a qualidade e a diversidade do vinho da Polónia, e poderia citar vários outros exemplos análogos. Não creio que seja normal que nós criemos acerca deste tema um volume extraordinário, porque é a opinião pública portuguesa, é o povo e trabalhador português que constatarão que, ao lhe apresentarem um mundo novo, ele corresponde ou não ao mundo da realidade, correspondendo verdadeiramente aos interesses da U. R. S. S. e de Portugal. E o mesmo se aplica, porque uma das bases essenciais do nosso país, que quer ser um país independente, é a reciprocidade, e temos que sublinhar, em nome do interesse nacional, esse princípio da reciprocidade. Não só devemos receber a imagem real do que é a cultura imensa da União Soviética, a partir de 1917, mas também devemos levar a mensagem do povo português, a mensagem da nova cultura do 25 de Abril, aos povos do leste da Europa. Por outro lado, não esqueçamos, numa dimensão internacional, e numa dimensão política, que a questão da cultura, a questão da transferência das ideias, é um dos pontos essenciais da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia. Fez-se uma progressão no domínio da paz e em matéria de armamento: está-se a discutir profundamente, e com opiniões que ainda estão muito longe de chegar a conciliação, no que respeita à cultura. Creio que podemos progredir nesse terreno, mas progredir numa atitude responsável, realista, em função do que foi feito na Conferência de Segurança e Cooperação Europeia. Portanto, não levistemos uma espuma imensa, porque se assim o fizermos podemos criar reflexos na opinião pública portuguesa, cuja consequência seja a de aumentar depois do 25 de Abril, o sentimento de alienação que nós queremos precisamente combater.

As vantagens de Portugal para a URSS

N. B. S. — Eu, muito rapidamente, gostaria de referir dois pontos. O primeiro é não arrancarmos para quaisquer relações bilaterais com uma perspectiva demasiado humilde, demasiado modesta, de quem não tem nada de troca. De facto, creio que não seria um "negócio da China" para a URSS trocarmos tecnologia soviética por galos de Barcelos. Mas é indubitável que a U.R.S.S. e os países do Leste têm profunda vantagem nas suas relações com Portugal. A vantagem para Portugal está pressuposta. Mas Portugal existe, está implicado num processo político altamente original e tem projectos em vista com alguma viabilidade que o po-

dem tensar uma chave política de ligação de países desenvolvidos e países subdesenvolvidos que pode ter o maior interesse. E até o facto de Portugal desempenhar este papel de lado de cá das Tercelhas de hoje pode ser mais um motivo de interesse para essas relações. O segundo ponto que queria fazer notar, sem repetir o que vocês disseram sobre o interesse das relações com os países do Leste, e com a União Soviética em particular (sujeitas como todas as relações a contingências de uma parte e de outra) é que ninguém melhor do que os responsáveis de um e outro lado as podem conhecer e ponderar. Agora, o que me parece também é que essas relações estão

num pé tal que a promessa é muito maior do que o já começado, e talvez não valha a pena estarmos para já a preocupar-nos com os limites. Quer dizer que, em relação à União Soviética, há a instauração de relações diplomáticas e há uma viagem que nos sugere uma porta a abrir-se (já continuávamos que se abrisse, seria até uma grande surpresa se assim não fosse) mas por enquanto é o que há. Estou convencido de que nenhum de nós acredita em que a exploração máxima de interesse mútuo entre a União Soviética e Portugal esteja conseguida. E, por conseguinte, tenho a impressão que é um dossier que acabou apenas de se abrir.

Europa: que caminho?

expresso — Ora bem, estamos na parte final da "maratona" e, ficam portanto dois pontos fundamentais por ver, um dos quais já foi aforçado, que é o das relações com a República da China Popular. Vamos então, examinar o outro: o balanço político das relações Portugal-Europa Ocidental, fazendo a ligação com as recentes deslocações de membros do governo português a vários países da

Oriental. Quanto ao tema dos últimos passos dados por Portugal relativamente a países africanos, ele fica para futura mesa-redonda.

— Alguns membros do Governo, com relevo para o Major Vítor Alves, estão ainda ou acabaram ou estão ainda a desenvolver intensa actividade em países da Europa Ocidental. Não se sabe até agora, no entanto, os resultados das

iniciativas de estreitamento de relações económicas com o Mercado Comum. Mas parece visível que por parte de Portugal há o interesse de reforçar laços com esses países da Europa Ocidental. Sobre este ponto quero quer falar? Talvez o Jorge Miranda que foi o primeiro a falar da Europa Ocidental dentro do âmbito da Conferência da Segurança Europeia...

● Europa — independente dos EUA e da URSS

J. M. — No que diz respeito à Europa em geral, à Europa Continental, eu suponho que a política portuguesa deveria assentar em dois objectivos fundamentais. Em primeiro lugar, uma contribuição de Portugal para a paz, a segurança e a cooperação de todos os países europeus, independentemente dos seus regimes. Tudo o que se possa fazer no sentido de atenuar os desentendimentos, as tensões que na Europa ainda subsistem quer no que diz respeito à Europa Ocidental, quer no que diz respeito à Europa Oriental, é fundamental.

Por outro lado, tudo aquilo que possa contribuir para atenuar a dependência da Europa Ocidental em relação aos EUA e para atenuar a dependência, que não podemos negar que existe, dos países da Europa Oriental em relação à U. S. S. R. Parece também, que poderia ser um contributo positivo. Não no sentido de uma Europa imperialista, não no sentido de um ressurgimento europeu, que é uma ideia que por vezes aparece, mas de uma Europa senhora do seu destino. Implica isto forçosamente a ideia de união política europeia? Neste momento parece-me que isso é absolutamente prematuro. No que diz respeito, a este é o segundo círculo de observações, à Europa Ocidental, as nossas relações económicas passam largamente pela Europa Ocidental. O volume

de comércio externo português com a Europa Ocidental tem sido e é importantíssimo. Tem-se verificado uma inserção de Portugal no espaço económico da Europa Ocidental. Será isso que mais interessa aos interesses profundos do povo português? Ponho apenas a questão.

EXPRESSO — Que já foi posta de uma certa maneira pelo Ramon de Almeida, de uma forma diversa.

J. M. — Portugal está na Associação Europeia do Comércio Livre há vários anos, tem um acordo comercial com a Comunidade Económica Europeia. Até que ponto é que nós não deveremos tentar obter uma relação mais conveniente aos interesses dos portugueses no que respeita a estas duas organizações? Não sei, não sou economista, não sou diplomata. Ponho a questão, pois parece-me importante. Outro ponto que não podemos ignorar é aquele que diz respeito à situação dos nossos emigrantes. A emigração portuguesa presentemente está quase toda na Europa Ocidental. Temos emigrantes recentes no Canadá, mas representam uma pequena percentagem relativamente ao volume de emigração que temos na Alemanha Ocidental, na Bélgica, Holanda, Luxemburgo. Uma relação de Portugal com esses países em termos de uma efectiva protecção dos trabalhadores portugueses impõe-se. Mas protecção que não seja de favor, que atenda à

sua qualidade de seres humanos, que atenda ao seu papel determinante nas economias desses países e que atenda até nesse aspecto à para mim o menos importante à dignidade de Portugal. Ainda em relação à Europa Ocidental, eu queria chamar a atenção para a participação de Portugal em certos instrumentos internacionais relativos à protecção dos "Direitos do Homem". Existe na Europa Ocidental uma Convenção Europeia que salvaguarda os direitos do Homem e as liberdades fundamentais. Existe uma Carta Social Europeia. Acho que estamos, neste momento, em condições, ou vamos estar em condições de dentro em pouco tempo, de poder aderir quer à Convenção quer à Carta Social Europeia. Além já ouvir alusão a isso feita pelo Ministro Mário Soares. Em relação à Europa Ocidental posso também o problema de uma eventual adesão ao Conselho da Europa, o que me parece que viria a ser um ponto importante na nossa política externa. Finalmente, quanto aqueles países com que Portugal tem relações específicas, que são basicamente a Espanha, França e a Grã-Bretanha — começaria pela Espanha. Não tenho nenhuma responsabilidade no Governo. Sou um cidadão português, sinto-me portanto naturalmente democrático em que possa falar livremente. Se fosse membro do Governo talvez tivesse mais cuidado...

Reciprocidade

J. M. — Se me fosse permitido, eu queria acrescentar que no meu entender quanto se refere ao plano das relações bilaterais entre Portugal e a União Soviética, apenas quis salientar perspectiva de relações económicas e culturais, em que, realisticamente, temos alguma coisa para dar, mas parece-me que temos ainda mais para receber. É evidente que para não cairmos numa nova situação

de dependência, devemos ponderar com todo o cuidado, aquilo que podemos dar e aquilo que podemos receber. Isto para não cairmos numa situação inversa daquela em que nos encontramos relativamente ao chamado bloco ocidental. Mas, isso não significa evidentemente que também eu próprio não reconheça as vantagens que para a própria U. S. foram levantadas pelo Brederode

quanto à existência de Portugal. I queria aproveitar ainda para chamar a atenção para um ponto que se poderia ligar com o Terceiro Mundo, que é o facto de Portugal ter tido um papel original no mundo. Esse papel poderia pensar ser um ponto de contacto, de confraternidade entre a Europa e o Terceiro Mundo de exposses portuguesa.

Portugal e Espanha: interdependências

A consolidação do processo democrático em Portugal não se verificará enquanto em Espanha não houver um processo semelhante ou afim. Há um paralelismo histórico que se verifica desde o século passado, entre a evolução política em Portugal e Espanha. Divergências fundamentais entre um regime, português e um regime espanhol não podem subsistir muito tempo. Enquanto que os problemas típicos de outras épocas estão hoje ultrapassados, sobretudo porque as relações entre Portugal e Espanha estão recetocadas no plano mais vasto das relações europeias ou até das relações dos países do Mediterrâneo. Em todo o caso, há dois pontos que interessam particularmente a Portugal no que respecta à Espanha, ainda nesse plano das relações entre Estados, independentemente dos regimes. Um é o de não podemos ignorar que certos esforços do desenvolvimento económico que queiramos levar a cabo poderão estar dependentes de esforços paralelos da Espanha. Certos planos de desenvolvimento de regimes fronteiriços, poderão porventura ser melhor levados a cabo se foram encruzados em cooperação com a Espanha. Outro ponto é o da Galiza. Existe um regionalismo ou mesmo um nacionalismo galego, sem a virulência do nacionalismo catalão ou do nacionalismo basco, mas existe. Tem havido uma situação de dependência e de pressão, de exploração de de Cantea em relação a Galiza. Longe de mim defender qualquer posição nacionalista, mas parece-me que no plano cultural alguma coisa poderemos fazer em relação à cultura galega. O ensino de literatura galega nas universidades portuguesas, certas vantagens concedidas a escritores galegos em Portugal poderão contribuir nesse ponto. Quanto à França e à Inglaterra, as relações deviam pra-

ticamente da cultura, e também da chamada Aliança Luso-Britânica. Tenho a impressão de que haveria vantagens em que Portugal repensasse serenamente estas relações, diversificando as relações

culturais no sentido de se evitar o colonialismo cultural francês em Portugal, e também de pôr de parte certos resquícios de dependência histórica em relação à Inglaterra.

A viagem de Vitor Alves

P. S. — A política externa portuguesa está definida, pelos factos reais, actuais. E não há dúvida nenhuma que ela se apresenta hoje com novas perspectivas embora em certos aspectos ela viva dentro do mesmo enquadramento. Nós não alteramos as relações com a Inglaterra, com a Alemanha Federal, com a Espanha, com a França, embora a diplomacia portuguesa seja hoje uma nova diplomacia. Ora, neste domínio a viagem do Major Vitor Alves é uma viagem importante. Temos que a ver dentro do quadro diplomático, económico, político e social do novo Portugal, para considerarmos que é muito diferente quando alguém, servindo uma causa que é dum certo tipo e determinadas características (é o caso concreto do regime fascista) visita países com determinadas objectivos, e quando alguém viaja com objectivos que podem ser aparentemente semelhantes, mas a orientação é oposta. Neste domínio não conhecemos ainda os resultados concretos da viagem do Major V. Alves, mas temos que pensar que ela corresponde a uma necessidade de estreitar as relações políticas, diplomáticas, económicas, sociais com os países da Europa Ocidental, e temos necessidade por outro lado de explicar que a situação se processa no nosso país que não vem pôr em risco as rela-

ções que existiam; pelo contrário, as vem recriar numa base nova, numa base útil aos povos e aos interesses mútuos desses povos e desses países.

Temos que considerar o aspecto particular das nossas relações com a Espanha. Foi definido pelo Ministro Mário Soares, como o foi pelo Ministro Álvaro Cunhal, que nós não alteramos essas relações. Vivemos parados mistos com a Espanha, e desejamos que não haja ingerência nos negócios internos dos respectivos países. Na medida em que praticamos uma tal política, que nós podemos considerar como política de coexistência pacífica. Evitamos que na História do nosso país e nas suas relações com o país vizinho se repitam intervenções que não desejamos nem eram desejadas. Por isso creio que podemos desenvolver francamente a nossa democracia, conservando à Espanha no quadro actual pois não vamos interferir na vida interna da Espanha, e não vamos admitir que possa, a partir da Espanha e com o ajuda do Governo espanhol, haver uma interferência na situação portuguesa. Neste momento, temos que reiterar afirmações que já foram feitas por elementos responsáveis e deixar que assim seja na prática.

Expresso

74-11-23

R

23

Mesa Redonda / EXPRESSO 74

Do enquadramento europeu ao apelo do 3.º mundo

• Sim à CEE

Temos no quadro da política europeia responsabilidades de um certo tipo. O fascismo praticou uma política contrária aos interesses nacionais. A política que agora se pratica e se deve praticar é o contrário disso. Inserimos a questão no quadro da política de integração europeia, no quadro das boas relações com todos os países, nomeando aos países ocidentais e incluindo nos países socialistas, e incluindo a República da China Popular com a qual de não desobrigamos a ter relações diplomáticas, económicas e políticas a todos os níveis. É creio que temos que lamentar que essas relações não existam por parte da diplomacia portuguesa. Esperamos que eles possam na realidade corresponder aos reais interesses dos povos dos países e se possam manter independentemente dos conflitos sociais e dos objectivos que possam orientar os governamentos desses países. Mas creio que no domínio da política externa, devemos também considerar com muito realismo aquilo que se refere à Comunidade Económica Europeia. Podemos afirmar que podemos melhorar, a nível da integração na CEE, dado que isso implicando, no momento presente, a situação económica do país. No regime fascista criaram-se situações francamente desastrosas. Hoje agora uma situação sem domínio (os jornais hoje concretizam-nos) e nós devemos com que as coisas pareçam para que possamos voltar a nossa actividade económica como na nossa actividade diplomática novas

Acordo dos Partidos Socialista e Comunista sobre a Europa

I. C. — Gostaria de falar como membro do Partido Socialista para acenar a uma reunião plena e aberta com o que acaba de dizer o camarada do Partido Comunista Português na que se refere ao Mercado Comum. Por herança histórica, por uma herança geográfica não temos relações preferenciais, e não podemos concordar, com os países do Mercado Comum. Há mesmo países do Mercado Comum que têm mais relações comerciais do que com os próprios países que compõem o Mercado Comum, (é o caso da República Federal Alemã, que tem uma percentagem de comércio de 51% para o nosso país e uma percentagem inferior com os outros países do MCI). O Mercado Comum é, actualmente, um pólo de atracção, porque há já 44 ou 49 estados africanos entre os quais países altamente progressistas que têm um estatuto de associação com o Mercado Comum, na base dos Acordos de Yaoundé. Mas ainda,

Há certos países do que se chama a parte Oriental da Europa que têm acordos preferenciais com o Mercado Comum. Portanto a nossa posição não pode ser de afastamento no que respeita ao Mercado Comum, só pode ser uma atitude verdadeiramente dialéctica e progressista, uma política de aproximação e de inserção ao Mercado Comum. O problema para nós, e não só para nós, estou certo que para outros camaradas que lutam pela democracia em Portugal, será de saber qual é o nosso papel no que respeita ao Mercado Comum. E se se não dão fôlego um bocadinho de história, rápida. A ideia da Europa Ocidental, a ideia que está na base dessa organização que se chama CEE, nasceu de dois sentimentos: primeiro sentimento, era o de esmagar, controlar, castigar todos as motivações da 1.ª e 2.ª Guerras Mundiais, que se chamavam carvão e ferro, e constituiu-se assim a Comunidade Económica para o Carvão Aço. Para esmagar o que se chama o "pólo de aço que era uma certa região da República Federal Alemã. Mas houve uma outra dinâmica nessa ideia, e essa dinâmica era a de restituir à Europa o papel histórico que tinha sido o seu, não de aparecer como um bloco a mais nas relações internacionais, mas de aparecer como uma organização para a paz e compreensão entre os povos e entre os Estados, não só da Europa, mas do mundo. E é essa projecção que me entusiasma, é

essa projecção que leva o meu voto e leva a minha concordância. Portanto considero que se o Ministro Victor Alves sublinhou esse aspecto, foi em profunda compreensão à realidade política portuguesa, e respeitando o desejo da esmagadora maioria do povo português. Mas há neste campo outro aspecto que foi invocado aqui e que poderíamos falar muito longamente, há o Conselho da Europa, há a Conferência Europeia dos Direitos do Homem, há a Carta Social Europeia, que são instrumentos profundos (quando reunimos condições para subcrever esses tratados internacionais) de uma intenção de defender profundamente os direitos do Homem, e os direitos dos trabalhadores no quadro desta mesma Carta Social.

No que respeita os contactos bilaterais, há que citar o Programa do MPA que fundamenta as nossas relações com a Espanha. Mas não são devemos ficar numa atitude puramente passiva, e dizer que não devemos ter uma intervenção directa ou indirecta nos assuntos internos, devemos ir mais longe e propor a Espanha, que é uma realidade do passado e será uma realidade do futuro, relações específicas que são exigidas pela história e justificadas por uma continuidade geográfica. E essas relações, devem, a meu ver, ultrapassar o Pacto Ibérico, o pacto puramente político, e devemos estabelecer as com o povo espanhol, porque é o povo espanhol que está na continuidade da história, relações específicas, para constituir realmente para a paz na Europa. E os desafios são vastos. Podemos partir de problemas concretos: acordos que respeitem a pescas, acordos que respeitem a planificação continental... Os problemas técnicos não são difíceis de resolver. Temos por exemplo, de estudar o sistema de Guadiana, as bases internacionais, os problemas dos transportes internacionais, os problemas aduaneiros, e a partir desse ponto há a possibilidade de resolver finalmente, pois bem, fazer nascer um mundo novo, de cooperação e de amizade entre os povos espanhol e português. Isso será uma herança extracultural: que poderemos legar aos nossos filhos, e ao que temos a responsabilidade actual de nos ocupar e aos Espanhóis de nos levar a todos para um mundo profundamente progressista, para um mundo profundamente democrático, para a paz na Europa, para a compreensão no mundo.

● Combate ao fascismo na Europa

P. R. A. — Eu penso que o que é importante, é sabermos em cada momento, quais são as tarefas essenciais. Essenciais em relação à situação que vivemos. E que é uma situação concreta. Essenciais, dum lado, do Estado, do outro lado, do povo e das suas organizações populares, forças democráticas e MFA. Portanto quais as tarefas? Credo que já foi dito, e que estamos de acordo, elas são: paz, segurança e cooperação europeia, combate aos blocos. No fundo, a prática de uma política de neutralidade, e portanto o estabelecimento do princípio de não interferência nos assuntos internos de cada país. Parece-me isto central. E como tarefa central, até para a defesa da democracia portuguesa. E central para a defesa da paz. Porque a defesa da democracia portuguesa, passa-se num mundo real, que tem outras democracias a defender e a assegurar, e que é uma política hoje, europeia. Segundo aspecto, que me parece central, é a necessidade, quando lidamos em relações externas com a Europa, de termos da disposição da democracia nascida em Portugal, de combater todos os vestígios de fascismo que ainda existem na Europa, e as tentativas de regresso a ela. Isto

como política popular. E como política que temos de afirmar, em todos os planos, e de novo ela encontrar as formas. Não haverá segurança, para a democracia portuguesa se não houver um combate em toda a Europa ao fascismo. E isto tem de estar presente ao povo português, na sua solidariedade não só a todos os

países da Europa, como até, como aconteceu recentemente com o Chile (com as 150 semanas no nosso país só numa semana de solidariedade de combate contra o fascismo). Temos que sentir que é um combate nosso. Tudo aquilo que seja a defesa da democracia noutros países é a nossa própria defesa.

● Portugal diferente da Europa

Creio que noutro plano ainda, devemos aproveitar e desenvolver tudo quanto seja a cooperação com os países europeus, apesar de termos características sociais e económicas diferentes. Mas creio também que temos que pensar, que não nos devemos fechar nos esquemas europeus. O mundo não está reduzido aos esquemas que a Europa aplica. Desde, devemos na realidade para procurar, não nos fechar nos esquemas, económico, político, que nesta Europa existem. Que pode ser um esquema que inspeça de ver a realidade nacional. Quarto ponto que me parece importante, é a questão dos emigrantes. A questão dos emigrantes, que é um

pouco o Portugal lá fora. Que é um outro país que nós perdemos dentro do Estado fascista, e que temos que ganhar para a defesa da democracia em Portugal, que continua sempre a ser a tarefa central. E aqui, também temos que ver, junto dos emigrantes, o que é que fazemos com eles para a defesa da democracia, da economia

portuguesa, das grandes tarefas que se põem hoje ao nosso povo. E aqui, como grande tarefa vital para do nosso povo, realmente exige-se que os homens operem para construir um Portugal diferente. E também lá fora. Temos centenas de milhares de portugueses lá fora. Quais as tarefas que lhes damos?

● O perigo da reacção

Não no voto de amanhã, em Março ou em Abril, se votam por A ou por B, mas desde já hoje, em relação às tentativas que a reacção volta a preparar depois de 28 de Setembro. E creio que é importante voltar a este tema é que quando discutimos relações externas, estamos a discutir uma situação que não é imtemporal, como se entendessem realmente a discutir numa biblioteca fora do país. Trata-se de uma situação real, em que há ameaças e forças, outra vez, contra a democracia portuguesa. Desta vez mais velozes. Desta vez sobre outra forma; desta vez tentando a sabotagem económica. Desta vez preparando atentados pessoais. E evidente, que neste momento, não se trata já de

preparação de um golpe, de um golpe como foi o 28 de Setembro, declarado, mas trata-se da preparação das condições que, dentro de um mês ou um mês e tal, ou bem antes permitam novamente à reacção vir ao combater. Que fazemos hoje contra ela? Algumas coisas devíamos ter aproveitado do 28 de Setembro. Há pouco o Bebel de Sousa falou no 28 de Setembro e consequências na política externa. Esta é uma delas e creio que é fundamental. E que toda a política externa portuguesa deve estar condicionada à defesa da democracia em Portugal. Isto é um tema central que não devemos perder de vista, seja no plano económico, seja no plano político, seja no plano social. Vejamo-lo portanto também em relação aos

emigrantes: chamemos os emigrantes à defesa do seu país, chamemo-los à vigilância popular, chamemo-los à cooperação dentro das grandes tarefas que temos. Credo que esta é outra grande tarefa que se impõe.

Chamada para o 3.º mundo

N. B. S. — Ultrapassamos já largamente a hora limite para a discussão, e a discussão ainda não terminou. Nesse sentido faço só uma brevíssima nota sobre o ponto que estamos a discutir. Queria dizer que a Europa Ocidental significa, simultaneamente, uma forma de luta contra o domínio político e económico norte-americano, é uma forma de veicular esse preconceito.

Em cada caso concreto, não perder-nos-íamos numa discussão sem fim para sabermos se, nesse caso, a Europa, merol das contradições internas do sistema capitalista, está a manifestar a sua autonomia relativamente à hegemonia americana, ou se, como é mais normal, está pelo contrário a veicular essa hegemonia americana.

No entanto, e na prática o crítico terá que ser necessariamente esse, dentro do quadro de uma política de interesse nacional. A

segunda nota que queria fazer é de que nesta mesa-redonda verifico já que não tenho tempo de tratar um ponto em que para mim há o real acordo ou desacordo entre nós sobre o que deverá ser uma política externa portuguesa. Na medida em que não concordo as relações de Portugal com os não-alinhados sem passar por uma discussão (ainda que por alto) nas grandes linhas quanto à descolonização. Já que para mim a descolonização condiciona a ligação de Portugal aos não-alinhados. A ligação de Portugal com esses condições, no plano puramente político toda a política externa portuguesa se a quisermos de independência nacional.

EXPRESSO — 4 horas e tal de debate abriram caminhos novos. Mas, sobretudo permitiram rever caminhos em curso. Portugal e o 3.º Mundo será o tema de um próximo encontro no EXPRESSO;